



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS

PORTARIA COMAE Nº 326/CPOGI, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024.
Protocolo COMAER nº 67201.009229/2024-08

Aprova a reedição do RICA 20-39
"Regimento Interno do Comando de
Operações Aeroespaciais".

O COMANDANTE DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS, no uso de suas atribuições, de acordo com o item 4.2.3 da ICA 19-1 "Regulamentação das Organizações", aprovado pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005, e do artigo 12 do ROCA 20-12 "Regulamento do Comando de Operações Aeroespaciais", aprovado pela Portaria nº 1.238/GC3, de 12 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do "Regimento Interno do Comando de Operações Aeroespaciais" (RICA 20-39).

Art. 2º Revogar a edição anterior do "Regimento Interno do Comando de Operações Aeroespaciais" (RICA 20-39), aprovado pela Portaria COMAE Nº 198/CPOGI, de 15 de março de 2024, publicada no BCA nº 55, de 20 de março de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RAIMUNDO NOGUEIRA LOPES NETO
Cmt de Operações Aeroespaciais

Assinado digitalmente por RAIMUNDO NOGUEIRA LOPES NETO
ESTE DOCUMENTO DEVE SER AUTENTICADO NO PORTAL <https://adoc.fab.mil.br/adoc>,
informando o código: CANMT6JT.236ORTIC.3RCNOR7A.WCO5WNZR



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO PRINCIPAL

RICA 20-39

**REGIMENTO INTERNO DO COMANDO DE
OPERAÇÕES AEROESPACIAIS**

2024

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS



ORGANIZAÇÃO PRINCIPAL

RICA 20-39

**REGIMENTO INTERNO DO COMANDO DE
OPERAÇÕES AEROESPACIAIS**

2024

ANEXO I
REGIMENTO INTERNO DO COMAE (RICA 20-39)

SUMÁRIO

	Art.
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	
Seção I – Categoria e Finalidade.....	1º
Seção II – Conceituações.....	2º/3º
CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO	
Seção I – Comando.....	4º/13
Seção II – Estado -Maior Conjunto.....	14/15
Seção III - 1ª Seção - Pessoal (D-1).....	16/18
Seção IV - 3ª Seção - Operações (D-3).....	19/22
Seção V - 4ª Seção - Logística (D-4).....	23/25
Seção VI - 5ª Seção - Planejamento (D-5).....	26/28
Seção VII - 6ª Seção – Comando, Controle e Comunicações (D-6).....	29/31
Seção VIII - 7ª Seção – Comunicação Social (D-7).....	32/34
Seção IX - 8ª Seção – Operações de Informação (D-8).....	35/37
Seção X - 9ª Seção – Assuntos Cíveis (D-9).....	38/40
Seção XI - 10ª Seção – Administração Financeira (D-10).....	41
Seção XII - Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais.....	42/44
Seção XIII - Centro Conjunto de Operações Aéreas - CCOA.....	45/46
Seção XIV - Centro de Operações Espaciais - COPE.....	47/51
Seção XV - Centro Conjunto Operacional de Inteligência - CCOI.....	52/55
Seção XVI - Gabinete - GABAE.....	56/60
Seção XVII – Comitê Permanente de Reavaliação e Inovação - CPRI.....	61
CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA DOS SETORES.....62	
Seção I - Comando.....	63/70
Seção II – Estado-Maior Conjunto.....	71/72
Seção III – 1ª Seção - Pessoal (D-1).....	73/75
Seção IV – 3ª Seção - Operações (D-3).....	76/79
Seção V – 4ª Seção - Logística (D-4).....	80/82
Seção VI – 5ª Seção - Planejamento (D-5).....	83/85
Seção VII – 6ª Seção - Comando, Controle e Comunicações (D-6).....	86/88
Seção VIII – 7ª Seção - Comunicação Social (D-7).....	89/90
Seção IX – 8ª Seção - Operações de Informação (D-8).....	92/94
Seção X – 9ª Seção - Assuntos Cíveis (D-9).....	95/97
Seção XI – 10ª Seção - Administração Financeira (D-10).....	98
Seção XII – Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais.....	99/104
Seção XIII – Centro Conjunto de Operações Aéreas-CCOA.....	104/109
Seção XIV – Centro de Operações Espaciais - COPE.....	110/119
Seção XV – Centro Conjunto Operacional de Inteligência - CCOI.....	120/127
Seção XVI – Gabinete - GABAE.....	128/137
CAPÍTULO IV – ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES	
Seção I - Comando.....	138/146
Seção II – Estado-Maior Conjunto.....	147/148
Seção III – 1ª Seção - Pessoal (D-1).....	149

Seção IV – 3ª Seção - Operações (D-3).....	150
Seção V – 4ª Seção - Logística (D-4).....	151
Seção VI – 5ª Seção - Planejamento (D-5).....	152
Seção VII – 6ª Seção - Comando, Controle e Comunicações (D-6).....	153
Seção VIII – 7ª Seção - Comunicação Social (D-7).....	154
Seção IX – 8ª Seção - Operações de Informação (D-8).....	155
Seção X – 9ª Seção - Assuntos Cíveis (D-9).....	156
Seção XI – 10ª Seção - Administração Financeira (D-10).....	157
Seção XII – Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais.....	158/161
Seção XIII – Centro Conjunto de Operações Aéreas-CCOA.....	162/169
Seção XIV – Centro de Operações Espaciais - COPE.....	170/180
Seção XV – Centro Conjunto Operacional de Inteligência - CCOI.....	181/185
Seção XVI – Gabinete - GABAE.....	186/195

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Comando.....	196
Seção II – Estado-Maior Conjunto.....	197
Seção III – 1ª Seção - Pessoal (D-1).....	198
Seção IV – 3ª Seção - Operações (D-3).....	199
Seção V – 4ª Seção - Logística (D-4).....	200
Seção VI – 5ª Seção - Planejamento (D-5).....	201
Seção VII – 6ª Seção - Comando, Controle e Comunicações (D-6).....	202
Seção VIII – 7ª Seção - Comunicação Social (D-7).....	203
Seção IX – 8ª Seção - Operações de Informação (D-8).....	204
Seção X – 9ª Seção - Assuntos Cíveis (D-9).....	205
Seção XI – 10ª Seção - Administração Financeira (D-10).....	206
Seção XII – Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais.....	207
Seção XIII – Centro Conjunto de Operações Aéreas-CCOA.....	208
Seção XIV – Centro de Operações Espaciais - COPE.....	209
Seção XV – Centro Conjunto Operacional de Inteligência - CCOI.....	210
Seção XVI – Gabinete - GABAE.....	211
Seção XVII – Comitê Permanente de Reavaliação e Inovação - CPRI.....	212/216

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Categoria e Finalidade

Art. 1º. O Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, alterado pelo Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, é um Comando Operacional Conjunto, permanentemente ativado, e tem por finalidade empregar o poder aeroespacial brasileiro com vistas a garantir a soberania e a integração do território nacional.

Seção II Conceituações

Art. 2º. Para efeito deste Regimento Interno, os termos abaixo têm a seguinte

conceituação:

I - Divisão: componente que forma o primeiro nível da estrutura organizacional dos Centros do COMAE. É responsável pelos macroprocessos internos de cada Centro;

II - Assessoria: Setor responsável pelo assessoramento direto à autoridade a respeito de uma área de conhecimento definida;

III - Seção: as diversas Divisões podem ser fracionadas em seções, de acordo com as necessidades existentes, de modo a facilitar o desenvolvimento das suas atividades. Da mesma forma, o Estado-Maior Conjunto também é fracionado em Seções;

IV - SubSeção: as diversas Seções podem ser fracionadas em Subseções, de acordo com as necessidades existentes, de modo a facilitar o desenvolvimento das suas atividades;

V - Célula: estrutura de caráter permanente ou eventual. Engloba os processos e os produtos para um fim específico, de acordo com a necessidade do planejamento e da condução do emprego do poder aeroespacial; e

VI - Comitê: estrutura colegiada de caráter permanente ou temporário, composta por membros designados de diferentes setores do COMAE, com a finalidade de deliberar ou assessorar a tomada de decisões em áreas específicas. Os Comitês podem ser criados conforme a necessidade do planejamento, coordenação e execução de atividades relacionadas ao emprego do poder aeroespacial ou ao suporte administrativo-operacional, garantindo a integração entre os diversos setores envolvidos.

Parágrafo único. As Divisões, Assessorias, Seções, Subseções e Células poderão ser constituídas pelo efetivo do COMAE, do COMAER, ou por elementos externos convocados de outras Forças Singulares, Forças Auxiliares e Órgãos externos, de forma complementar ou isolada, conforme as posições operacionais previstas no MCA 55-85 Manual de Planejamento e Condução de Operações Aeroespaciais.

Art. 3º. Os demais conceitos encontrados neste Regimento constam no Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01) e no Glossário da Aeronáutica (MCA 10-4).

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO

Seção I Comando

Art. 4º. O COMAE tem a seguinte estrutura básica:

I - Comando (CMDO);

II - Estado-Maior Conjunto (EMC); e

III - Gabinete (GABAE).

Art. 5º. O CMDO tem a seguinte constituição:

I - Comandante;

II - Secretaria do Comando (SCMDO);

III - Assessoria de Controle Interno (ASCI);

IV - Seção de Inteligência (SINT);

V - Assessoria de Segurança de Voo (ASV);

VI - Assessoria Jurídica e de Investigação e Justiça (AJUR);

VII - Assessoria de Ligação Naval (ALN);

VIII - Assessoria de Ligação Terrestre (ALT); e

IX - Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (ATIC)

Art. 6º. A SCMDO tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 7º. A ASCI tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 8º. A SINT tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - SubSeção de Inteligência (SSINT); e
- III - SubSeção de Contraineligência (SSCI).

Parágrafo único. A SSINT e a SSCI possuem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 9º. A ASV tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Parágrafo único. A Assessoria de Segurança de Voo possui Chefe, Adjunto e Encarregado que acumulam funções no COMAE.

Art. 10. A AJUR tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Seção de Apoio Jurídico (SAJ);
- III - Seção de Investigação e Justiça (SIJ); e
- IV - Célula de Direito Operacional (CDO).

§ 1º. A SAJ e a SIJ possuem a seguinte constituição:

- I - Chefe; e
- II - Auxiliar.

§ 2º. A CDO possui a seguinte constituição:

- I - Chefe; e
- II - Auxiliar.

§ 3º. A CDO trabalhará em coordenação com as Seções do Estado-Maior Conjunto, participando de suas reuniões.

Art. 11. A ALN tem a seguinte constituição:

- I - Chefe.

Parágrafo único. O Chefe será um Oficial Superior da Marinha do Brasil que exercerá a função de Oficial de Ligação Naval (OLN).

Art. 12. A ALT tem a seguinte constituição:

- I - Chefe.

Parágrafo único. O Chefe será um Oficial Superior do Exército Brasileiro que exercerá a função de Oficial de Ligação Terrestre (OLT)

Art. 13. A ATIC tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;

- II - Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC);e
- III - Seção de Proteção Cibernética (SPC).

Seção II

Estado-Maior Conjunto

Art. 14. O EMC tem a seguinte constituição:

- I - Chefe (CHEMC);
- II - Secretaria do EMC (SEMC);
- III - 1ª Seção – Pessoal (D-1);
- IV - 2ª Seção – Inteligência (D-2);
- V - 3ª Seção – Operações (D-3);
- VI - 4ª Seção – Logística (D-4);
- VII - 5ª Seção – Planejamento (D-5);
- VIII - 6ª Seção – Comando, Controle e Comunicações (D-6);
- IX - 7ª Seção – Comunicação Social (D-7);
- X - 8ª Seção – Operações de Informação (D-8);
- XI - 9ª Seção – Assuntos Cíveis (D-9);
- XII - 10ª Seção – Administração Financeira (D-10);
- XIII - Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais (CPOGI);
- XIV - Centro Conjunto de Operações Aeroespaciais (CCOA);
- XV - Centro de Operações Espaciais (COPE);
- XVI - Centro Conjunto Operacional de Inteligência (CCOI); e
- XVII - Comitê Permanente de Reavaliação e Inovação (CPRI).

Parágrafo único. A função de Inteligência (D-2) será exercida pelo CCOI.

Art. 15. A SEMC tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção III

1ª Seção - Pessoal (D-1)

Art. 16. O D-1 tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto;
- III - SubSeção de Coordenação de Recursos Humanos (SSCRH); e
- IV - SubSeção de Pessoal (SSPES).

Art. 17. A SSCRH tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 18. A SSPES tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção IV
3ª Seção - Operações (D-3)

Art. 19. O D-3 tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto;
- III - SubSeção de Coordenação e Execução (SSCEX);
- IV - SubSeção de Guerra Cibernética (SSGC); e
- V - SubSeção de Lições Aprendidas (SSLAP).

§ 1º. O Oficial de Ligação Naval (OLN) e o Oficial de Ligação Terrestre (OLT) serão, preferencialmente, vinculados à D-3.

Art. 20. A SSCEX tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 21. A SSGC tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 22. A SSLAP tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção V
4ª Seção - Logística (D-4)

Art. 23. O D-4 tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto;
- III - SubSeção de Coordenação de Operações Logísticas (SSCOL); e
- IV - SubSeção de Controle e Disponibilidade de Meios (SSCDM).

Art. 24. A SSCOL tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 25. A SSCDM tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção VI
5ª Seção - Planejamento (D-5)

Art. 26. O D-5 tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;

II - Adjunto;
III - SubSeção de Planejamento (SSPLA); e
IV - SubSeção de Análise Operacional (SSAOP).

Art. 27. A SSPLA tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Adjunto;
III - Encarregado; e
IV - Auxiliares.

Art. 28. A SSAOP tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Adjunto;
III - Encarregado; e
IV - Auxiliares.

Seção VII

6ª Seção - Comando, Controle e Comunicações (D-6)

Art. 29. O D-6 tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Adjunto;
III - SubSeção de Planejamento de C2 (SSPCC); e
IV - SubSeção de Enlaces (SSENL).

Art. 30. A SSPCC tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Encarregado; e
III - Auxiliares.

Art. 31. A SSENl tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Encarregado; e
III - Auxiliares.

Seção VIII

7ª Seção - Comunicação Social (D-7)

Art. 32. O D-7 tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Adjunto;
III - SubSeção de Linguística Aplicada (SSLA); e
IV - SubSeção de Análise da Percepção (SSAP).

Art. 33. A SSLA tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Encarregado; e
III - Auxiliares.

Art. 34. A SSAP tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Encarregado; e
III - Auxiliares.

Seção IX
8ª Seção - Operações de Informação (D-8)

Art. 35. O D-8 tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto;
- III - SubSeção de Ciências Humanas (SSCH); e
- IV - SubSeção de Coordenação e Difusão da Informação (SSCDI).

Art. 36. A SSCH tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 37. A SSCDI tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção X
9ª Seção - Assuntos Cíveis (D-9)

Art. 38. O D-9 tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto;
- III - SubSeção de Resposta à Desastres (SSRD); e
- IV - SubSeção de Relacionamento Interagências (SSRI).

Art. 39. A SSRD tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Art. 40. A SSRI tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção XI
10ª Seção - Administração Financeira (D-10)

Art. 41. O D-10 tem a seguinte constituição:

- I - Chefe; e
- II - Adjunto.

Seção XII
Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais - CPOGI

Art. 42. O CPOGI tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Vice-Chefe;
- III - Divisão de Planejamento Institucional (DIVPI);
- IV - Divisão de Gestão Institucional (DIVGI);
- V - Divisão de Recursos Humanos (DIVRH);
- VI - Divisão de Legislação e Doutrina (DIVLD); e
- VII - Secretaria (SCPOGI).

Art. 43. As Divisões do CPOGI têm a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Chefes das Seções;
- III - Adjuntos das Seções;
- IV - Encarregados das Seções; e
- V - Auxiliares das Seções.

§ 1º A DIVPI é organizada em uma Seção de Planejamento Institucional (SPI).

§ 2º A DIVGI é organizada em Seção de Controle Organizacional (SCOR), Seção de Gestão Orçamentária (SGOR) e Seção de Governança (SGOV).

§ 3º A DIVRH é organizada em Seção de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) e Seção de Gestão da Capacitação (SCAP).

§ 4º A DIVLD é organizada em Seção de Controle de Legislação (SCLE) e Seção de Doutrina (SDOU).

Art. 44. A SCPOGI tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção XIII

Centro Conjunto de Operações Aéreas - CCOA

Art. 45. O CCOA tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Vice-Chefe;
- III - Divisão de Planos e Diretrizes (DIVPLAN);
- IV - Divisão de Programação (DIVPROG);
- V - Divisão de Operações Correntes (DIVOC); e
- VI - Secretaria do Centro Conjunto de Operações Aéreas (SCCOA).

§ 1º O Chefe do CCOA dispõe de um assessor para assuntos relacionados à área de segurança de voo, denominado Elemento de Segurança de Voo (ESV).

§ 2º O Vice-Chefe do CCOA dispõe de uma Assessoria de Serviços Especiais (ASCCOA).

Art. 46. As Divisões do CCOA têm a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Chefes das Seções/Células;
- III - Adjuntos das Seções/Células; e
- IV - Auxiliares das Seções/Células.

§ 1º A DIVPLAN é organizada em Célula de Planejamento de Operações Aéreas (CPOA), Célula de Planejamento de Operações Terrestres (CPOT), Célula de Análise de Relatórios (CAREL) e Célula de Inteligência (CINT-PL).

§ 2º A DIVPROG é organizada em Célula de Coordenação de Operações (CCOP) e Célula de Ordens Operacionais (CORD).

§ 3º A DIVOC é organizada em Seção de Operações Correntes (SOC) e Seção de Apoio Operacional (SAO). A SOC é composta pela Célula de Supervisão Operacional (CSOP), Célula de Operações Ofensivas (COOF), Célula de Operações de Defesa Aeroespacial (CODA), Célula de Suporte (CSUP), Célula de Relatórios (CREL), Célula de Operações de Transporte Aéreo Logístico (COTAL), Célula de Operações Terrestres (COTE), Célula Espacial (CESP), Célula Meteorológica (CMET), Célula de Inteligência (CINT), Célula de Disponibilidade de Meios (CDISP), Célula de Guerra Eletrônica (CGE) e Célula de Sistemas (CSIS). A SAO não possui células subordinadas.

§ 4º A SCCOA tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção XIV **Centro de Operações Espaciais - COPE**

Art. 47. O COPE tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Vice-Chefe;
- III - Assessoria de Segurança de Sistemas Espaciais (ASSE)
- IV - Assessoria de Coordenação, Planejamento e Controle (ACPC);
- V - Divisão de Controle de Satélite (DIVCTR);
- VI - Divisão de Emprego de Satélite (DIVEMP);
- VII - Divisão de Sistemas Espaciais (DIVSESP);
- VIII - Divisão de Suporte Operacional (DIVSOP);
- IX - Divisão de Infraestrutura Crítica (DIVIC);
- X - Secretaria do COPE (SCOPE); e
- XI - Centro de Operações Espaciais Secundário (COPE-S).

§ 1º O acrônimo COPE-P (COPE-Primário) é comumente utilizado para designar o conjunto das instalações ou setores do COPE sediados em Brasília, apesar de não compor, propriamente, um setor do COPE.

§ 2º No âmbito do COPE-P, para fins de controle de material carga, existem ainda as seguintes dependências SILOMS:

- I - Assessoria de Serviços Especiais do COPE (ASCOPE);
- II - Auditório do COPE (AUDCOP);
- III - Sala de Brifim do Térreo do Bloco Administrativo do COPE (SABRBA);
- IV - Sala do CFTV do COPE e Seção de Segurança (CFTVSG);
- V - Centro de Convivência do COPE (CONVIV);
- VI - Copa do Bloco Administrativo do COPE (COPABA);
- VII - Copa do Bloco Operacional do COPE (COPABO); e
- VIII - Guarita e Alojamento do Sargento de dia do COPE (GUARALJ).

Art. 48. A ASSE e a ACPC têm a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Adjunto;
- III - Encarregado; e
- IV - Auxiliares.

Art. 49. A DIVCTR, a DIVEMP, a DIVSESP, a DIVSOP, a DIVIC têm a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Chefes das Seções;
- III - Adjuntos das Seções;
- IV - Encarregado das Seções; e
- V - Auxiliares das Seções.

§ 1º A DIVCTR é organizada em Seção de Consciência Situacional Espacial (SCSE), Seção de Controle (SCTR) e Seção de Engenharia de Subistemas de Satélite (SESS).

§ 2º A DIVEMP é organizada em Seção de Comunicações (SCOM) e Seção de Observação da Terra (SOBT).

§ 3º A DIVSESP é organizada em Seção de Integração de Necessidades Governamentais (SING) e Seção de Acompanhamento e Otimização de P&D (SAOPD).

§ 4º A DIVSOP é organizada em Seção de Engenharia de Rede de Solo (SERS) e Seção de Engenharia e Manutenção de Antenas (SEMA).

§ 5º A DIVIC é organizada em Seção de Missão Crítica (SMIC), Seção de Sistemas Auxiliares (SSA) e Seção de Planejamento (SPL).

Art. 50. O COPE-S tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Vice-Chefe;
- II - Chefes das Seções;
- III - Adjuntos das Seções;
- IV - Encarregado das Seções; e
- V - Auxiliares das Seções.

§ 1º O COPE-S é organizado em Seção de Administração (SAD-S), Seção de Missão Crítica (SMIC-S), Seção de Sistemas Auxiliares (SSA-S), Seção de Engenharia de Rede de Solo (SERS-S) e Seção de Engenharia de Manutenção de Antenas (SEMA-S).

§ 2º O COPE-S constitui um destacamento do COPE, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Está subordinado diretamente ao Chefe do COPE, sendo as atividades operacionais e técnicas de suas Seções supervisionadas pelas Divisões do COPE-P, de acordo com as áreas específicas de atuação.

§ 3º O COPE-S, sendo um destacamento isolado com competências essenciais para as operações espaciais, possui em sua organização um Vice-Chefe para auxiliar o Chefe em suas responsabilidades e atribuições.

§ 4º O Vice-Chefe do COPE-S acumulará a função de Chefe da SAD-S.

Art. 51. A SCOPE tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Encarregado; e
- III - Auxiliares.

Seção XV

Centro Conjunto Operacional de Inteligência - CCOI

Art. 52. O CCOI tem a seguinte constituição:

- I - Chefe;
- II - Vice-Chefe;
- III - Assessoria de Contraineligência (ACINTEL);
- IV - Divisão de Coordenação (DIVCO);

V - Divisão de Análise (DIVAN);
VI - Divisão de Produção (DIVPROD);
VII - Divisão de Guerra Eletrônica (DIVGE); e
VIII - Secretaria (SCCOI).

Art. 53. A ACINTEL tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Encarregado; e
III - Auxiliares.

Art. 54. As Divisões do CCOI têm a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Chefe das Seções/Células;
III - Adjuntos das Seções/Células;
IV - Encarregado das Seções/Células; e
V - Auxiliares das Seções/Células.

§ 1º A DIVCO é organizada em 5 Seções: Seção de Coordenação de Demandas Externas (SCDE), Seção de Coordenação de Inteligência em Operações Aéreas (SCIOA), Seção de Planejamento de Eventos Operacionais (SCPEO), Seção de Gestão de Recursos (SGR) e Seção de Gestão de Serviços (SGS).

§ 2º A DIVAN é organizada em 3 Seções: Seção de Síntese (SESIN), Seção de Gestão do Conhecimento (SEGEC) e Seção de Análise (SEANA).

§ 3º A DIVPROD é organizada em 5 Seções: Seção de Análise de Alvos (SAA), Seção de Inteligência de Imagem (SIIM), Seção de Geointeligência (SGEOINT), Seção de Análise de Fontes Abertas (SAFA) e Seção de Sensoriamento Remoto (SSR).

§ 4º A DIVGE é organizada em 2 Seções: Seção de Sistemas de Apoio à Guerra Eletrônica (SSAGE) e Seção de Pré-planejamento e Pré-análise de Resultados (SPPAR).

Art. 55. A SCCOI tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Encarregado; e
III - Auxiliares.

Seção XVI

Gabinete - GABAE

Art. 56. O GABAE tem a seguinte constituição:

I - Chefe;
II - Seção Administrativa (SADM);
III - Seção de Suporte de Pessoal (SSP);
IV - Seção de Infraestrutura Predial (SIE);
V - Seção de Segurança e Defesa (SSD);
VI - Seção de Cerimonial e Comunicação Institucional (SCCI);
VII - Seção de Protocolo, Documentação e Arquivo (SPDA);
VIII - Seção de Registro Patrimonial (SREG); e
IX - Seção de Tecnologia da Informação e Comunicações (STIC).

Parágrafo único. O Chefe do GABAE dispõe de um assessor para assuntos de Educação Física, que acumula funções na Seção de Suporte de Pessoal (SSP).

Art. 57. A SADM tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Adjuntos; e

III - Auxiliares.

Art. 58. A SSP, a SSD, a SCCI, a SPDA, a SREG e a STIC têm a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Adjuntos; e

III - Auxiliares.

Art. 59. A SIE tem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Adjunto;

III - Encarregados; e

IV - Auxiliares.

Parágrafo único. A SIE é organizada em SubSeção de Serviços Gerais (SSSG) e SubSeção de Transporte de Superfície (SSTS).

Art. 60. A STIC é organizada em SubSeção de Atendimento ao Usuário (SSAU); SubSeção de Cabeamento Estruturado e Telefonia (SSCET); SubSeção de Almoxarifado de TI (SSATI); Gestão de Sistemas Internos (SSGSI); Infraestrutura de Dados (SSID); Redes de Comunicação (SSRC); e Planejamento e Projetos (SSPLAN).

Parágrafo único. As Subseções da STIC possuem a seguinte constituição:

I - Chefe;

II - Adjunto;

III - Encarregado; e

IV - Auxiliares.

Seção XVII

Comitê Permanente de Reavaliação e Inovação - CPRI

Art. 61. O CPRI tem a seguinte constituição:

I - membros Permanentes; e

II - membros Temporários.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DOS SETORES

Art. 62. As tarefas abaixo são da competência e responsabilidade de todas as Assessorias, Divisões e Seções do COMAE:

I - manter suas respectivas Normas Padrão de Ação (NPA) atualizadas, bem como zelar pelo cumprimento das atribuições nelas contidas;

II - controlar o material carga do setor;

III - zelar pela segurança orgânica do setor;

IV - zelar pela segurança da informação;

V - supervisionar e executar, por meio dos respectivos gerentes e responsáveis, os seus Projetos e Atividades, de acordo com o Plano Setorial (PLANSET) do COMAE;

VI - zelar pela contínua manutenção da capacitação e treinamento dos recursos humanos subordinados; e

VII - zelar pelo estrito cumprimento da filosofia e doutrina de operação dos

sistemas aeroespaciais e propor, quando aplicável, medidas que as aperfeiçoem.

Parágrafo único. As competências deste capítulo são atribuídas até o nível das Divisões de cada Centro. No âmbito de cada Divisão, as competências de todas as Seções, Subseções e Células serão atribuídas em Norma Padrão de Ação (NPA) própria do setor.

Seção I

Comando

Art. 63. À SCMDO compete:

- I - organizar e coordenar os assuntos de assistência direta ao Comandante; e
- II - prestar o apoio de secretaria para o Comandante.

Art. 64. À ASCI compete:

- I - assessorar o Comandante, o Agente Diretor e o Ordenador de Despesas, no sentido de comprovar, à luz da legislação em vigor, a formalidade, a legalidade, a correção contábil e a veracidade dos controles existentes; e
- II - cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos do COMAER que versam sobre controle interno.

Art. 65. À SINT compete:

- I - assessorar o Comandante em relação aos assuntos de Inteligência e de Contrainteligência que lhe forem afetos, conforme orientações normativas do CIAER;
- II - coordenar os processos afetos ao planejamento, confecção, à execução e à supervisão do cumprimento do Plano de Segurança Orgânica (PSO) do COMAE e, ainda, à obtenção e difusão de informações de Inteligência institucional, no âmbito do COMAE;
- III - atuar como Elo SINTAER no COMAE, nos assuntos que lhe forem afetos, conforme orientações normativas do CIAER;
- IV - elaborar o inventário do material e dos documentos criptografados, além dos documentos sigilosos controlados sob sua responsabilidade;
- V - providenciar credencial de segurança a quem manipula material e documentos sigilosos e/ou controlados no âmbito do COMAE;
- VI - estruturar o Plano de Reunião do COMAE, por intermédio de Norma Padrão de Ação;
- VII - gerenciar a capacitação dos recursos humanos da SINT na área de Inteligência;
- VIII - efetuar inspeções de segurança orgânica no âmbito do COMAE;
- IX - gerenciar todos os documentos sigilosos e/ou controlados sob responsabilidade da SINT;
- X - auxiliar os trabalhos da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS); e
- XI - gerenciar as tarefas afetas ao descarte de lixo sigiloso da SINT.

Art. 66. À ASV compete:

- I - coordenar os processos afetos à prevenção, à investigação, à doutrina e à capacitação de RH, na área de Segurança de Voo; e
- II - assessorar o Comandante nos assuntos afetos à Segurança de Voo.

Art. 67. À AJUR compete:

- I - assistir, por meio da SIJ ou CDO, a Autoridade Competente quanto às atividades de investigação e justiça;
- II - manter arquivo de legislação e jurisprudência de interesse jurídico da SIJ,

SAJ ou CDO;

III - assessorar a Autoridade Competente, por meio da SIJ ou CDO, bem como outras autoridades designadas, acerca da instauração, condução e tomada de decisão em Sindicância, IPM, APF, PATD, PARE, TCE e demais procedimentos administrativos de investigação e justiça que demandam embasamento jurídico;

IV - acompanhar e manter informações, por meio da SIJ ou CDO, sobre os processos judiciais de natureza penal e procedimentos administrativos de investigação e justiça relacionados ao COMAE;

V - acompanhar e manter informações sobre todos os processos judiciais de natureza cível, por meio da SAJ ou CDO, relacionados ao COMAE;

VI - prestar informações ao VI Comando Aéreo Regional, por meio da SIJ, para cumprimento dos prazos previstos nos Cronogramas anuais de atividades jurídicas;

VII - coordenar e controlar os procedimentos relacionados ao SIGMAER, por meio da SIJ, dos militares do efetivo do COMAE;

VIII - assessorar a Autoridade Competente, por meio da SAJ ou CDO, nos assuntos afetos à Lei de Acesso à Informação;

IX - manter contato com as autoridades locais do Poder Judiciário, Ministério Público, Advocacia-Geral da União, dentre outras, quando necessário, para tratar assuntos de natureza jurídica, conforme interesses da SIJ, SAJ ou CDO;

X - elaborar estudos preliminares e outras manifestações jurídicas sem natureza conclusiva ou vinculativa, respeitadas as atribuições da COJAER, em especial a de uniformizar o entendimento sobre temas jurídicos controversos relacionados ao COMAER, conforme interesses da SIJ, SAJ ou CDO;

XI - assessorar a Autoridade Competente no gerenciamento do cumprimento das decisões judiciais em assuntos que envolvam a OM ou o pessoal subordinado, com observância dos prazos estabelecidos e das diretrizes emanadas pelo COMAER, por meio da SAJ ou CDO;

XII - assistir a Autoridade Competente, por meio da CDO, quanto à preparação de atos normativos e à legalidade do emprego do Poder Aeroespacial;

XIII - assessorar a Autoridade Competente, por meio da SAJ e CDO, em temas jurídicos inerentes ao processo decisório, permitindo-lhe a prática dos atos administrativos com lastro na Constituição Federal e em respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XIV - cumprir os prazos estabelecidos nas requisições dos órgãos da Advocacia-Geral da União (AGU), Ministério Público, Defensoria Pública da União, Poder Judiciário e da COJAER, por meio da SIJ, SAJ ou CDO;

XV - elaborar os estudos preliminares e prestar informações aos órgãos da Advocacia-Geral da União para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses da União e do Comando da Aeronáutica, por meio da SAJ ou CDO;

XVI - prestar informações de interesse à SECROM, GABAER, COMGEP e DIRAP, conforme legislações específicas, por meio da SIJ;

XVII - quando determinado pela Autoridade Competente, fundamentar a elaboração de expediente aos órgãos do contencioso da AGU para a propositura de ações judiciais ou adoção de medidas judiciais cabíveis em defesa dos interesses do COMAER, por meio da SAJ ou CDO; e

XVIII - atuar nos procedimentos de Polícia Judiciária Militar, por meio da SIJ ou CDO.

§ 1º As atribuições da SIJ, além das previstas neste RICA, são aquelas inerentes a uma Seção de Investigação e Justiça, conforme DCA 19-4, e relacionadas as questões orgânicas do COMAE;

§ 2º As atribuições da SAJ, além das previstas neste RICA, são aquelas inerentes a uma Assessoria Jurídica, conforme DCA 19-4, e relacionadas a questões orgânicas do COMAE;

§ 3º As atribuições da CDO são aquelas relacionadas à dimensão legal operacional, ou seja, questões jurídicas relacionadas às operações militares; e

§ 4º A critério do Chefe da AJUR, as atribuições discriminadas neste artigo podem ser atribuídas a militares de Seção/Célula diversa.

Art. 68. À ALN compete:

I - assessorar o Comandante do COMAE nos assuntos afetos à Marinha do Brasil.

Art. 69. À ALT compete:

I - assessorar o Comandante do COMAE nos assuntos afetos ao Exército Brasileiro.

Art. 70. À ATIC compete:

I - implantar e coordenar a Governança de TI no âmbito do COMAE;

II - orientar, normatizar e emitir diretrizes relativas à gestão de projetos, processos e recursos humanos de TI, bem como sobre aquisição de ativos de TI;

III - gerenciar os processos e atividades afetos à Proteção Cibernética e Segurança da Informação no âmbito do COMAE;

IV - elaborar e atualizar o Plano Diretor de Tecnologia de Informações e Comunicações (PDTIC); e

V - representar o COMAE no Sistema de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (STI), na função de Elo de Coordenação.

Seção II

Estado-Maior Conjunto

Art. 71. Ao EMC compete:

I - coordenar os projetos, atividades e processos afetos ao CPOGI, ao CCOA, ao COPE, ao CCOI, ao GABAE e às Seções do Estado-Maior.

Art. 72. À SEMC compete:

I - coordenar os processos relacionados aos apoios administrativo e organizacional da Chefia do EMC; e

II - gerenciar a agenda do Chefe do EMC.

Seção III

1ª Seção - Pessoal (D-1)

Art. 73. Ao D-1 compete:

I - planejar, coordenar e controlar o apoio de pessoal e serviços de recursos humanos necessários a execução de operações sob responsabilidade do COMAE, bem como fornecer subsídios para as outras seções do Estado-Maior Conjunto;

II - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais; e

III - gerenciar as atividades da SSCRH e SSPES.

Art. 74. À SubSeção de Recursos Humanos (SSCRH) compete:

I - controlar a situação dos efetivos militares e civis das UCONTOP;

II - planejar as condições para mobilização e repletamento de recursos humanos das Operações sob responsabilidade do COMAE;

III - coordenar o processo de confecção das Tabelas de Alocação de Pessoal em Posição Operacional (TAPPO) para os planejamentos e condução de Operações e Exercícios em que o COMAE estiver envolvido;

IV - coordenar o rodízio de pessoal nas operações sob responsabilidade do COMAE;

V - estabelecer normas e procedimentos para os assuntos relativos à gestão e ao trato de civis ou militares, em coordenação com o CCOI e o D-9;

VI - coordenar os pedidos de repletamento de pessoal da Força Aérea Componente/Numerada;

VII - controlar o efetivo da Força Aérea Componente/Numerada;

VIII - organizar e controlar o histórico do pessoal da Força Aérea Componente/Numerada;

IX - contribuir com os dados de pessoal para subsidiar planos de apoio logístico;e

X - auxiliar na confecção do Anexo de Pessoal e seus apêndices ao plano operacional e ao plano tático.

Art. 75. À SubSeção de Pessoal (SSPES) compete:

I - propor medidas para manter elevado o moral do pessoal;

II - tratar dos assuntos relativos à disciplina e à justiça militar do pessoal envolvido nas Operações sob responsabilidade do COMAE, dentro da esfera do EMC com o apoio da AJUR;

III - preparar, e distribuir, ordens e planos inerentes à atividade do pessoal, com o apoio da SSP do GABAE;

IV - planejar, coordenar, controlar a execução de normas para a evacuação aeromédica, transporte de urna funerária, sepultamento e emissão de certidões de óbito, com o apoio do GABAE e do CCOA; e

V - auxiliar na confecção do Anexo de Pessoal e seus apêndices ao plano operacional e ao plano tático.

Seção IV

3ª Seção - Operações (D-3)

Art. 76. Ao D-3 compete:

I - planejar e integrar as ações necessárias à execução de operações sob responsabilidade do COMAE, em coordenação prévia com o CCOA;

II - conduzir e coordenar o Processo de Planejamento Conjunto (PPC), sendo o responsável pela consolidação e formalização do documento Exame de Situação Operacional;

III - coordenar a elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais mediante orientações do Chefe do EMC e do CCOA; e

IV - gerenciar as atividades da SSCEX, SSGC e SSLAP.

Parágrafo único. Preferencialmente, haverá um Oficial Superior da Marinha do Brasil e um do Exército Brasileiro subordinados ao D-3.

Art. 77. À SubSeção de Coordenação e Execução (SSCEX) compete:

- I - manter atualizados os dados e a avaliação do poder de combate do COMAE;
- II - realizar o estudo e preparo dos planos e ordens atinentes às operações, com o apoio do D-5, submetendo-os à apreciação do CHEMC, quando for o caso, e do Comandante, para posterior autenticação e disseminação;
- III - levantar as Linhas de Ação (LA), em coordenação com as demais seções do EMC;
- IV - elaborar os registros e relatórios operacionais, com especial atenção na avaliação dos danos infringidos aos alvos constantes na LIA, com o apoio do CCOI;
- V - propor, em coordenação com o CCOI e D-5, a elaboração da Lista Integrada e Priorizada de Alvos (LIPA), assim como a sua atualização ao longo da operação;
- VI - zelar pelo registro e consolidação dos dados necessários à manutenção da consciência situacional por parte do Chefe do Estado-Maior Conjunto;
- VII - supervisionar e coordenar o andamento das operações em curso;
- VIII - confeccionar o Plano de Defesa Aeroespacial (PLANDABRA), de acordo com a Diretriz para a Defesa Aeroespacial do Território Nacional;
- IX - coordenar o processo de Exame de Situação Continuado, durante a condução de operações de emprego do poder aeroespacial;
- X - apoiar a D-5 na identificação de lições apreendidas para aperfeiçoamento da Doutrina de Emprego da FAB em Operações Aeroespaciais;
- XI - em coordenação com a D-5, constituir a Equipe de Planejamento nas Etapas de Exame de Situação e de Confeção de Planos e Ordens das Operações e Exercícios em que o COMAE estiver envolvido;
- XII - coordenar o processo de avaliação operacional das operações em curso;
- XIII - coordenar o processo de confecção do Relatório Consolidado de Situação (RCS);
- XIV - apoiar o D-4 em relação as ações logísticas de curto prazo, com a finalidade de apoiar as operações em que o COMAE estiver envolvido;
- XV - apoiar o GABAE nos processos de análise de custos e descentralização de créditos de destaques para suporte às Operações e Exercícios do COMAE;
- XVI - coordenar os processos afetos à execução dos Programas de Emprego previstos na ICA 55-99; e
- XVII - elaborar e propor ao Comandante, em coordenação com o D-5, e com a participação do D-1 e da AJUR do COMAE, as Regras de Engajamento para a operação, bem como sua atualização/modificação quando se fizer necessário.

Art. 78. À SubSeção de Guerra Cibernética (SSGC) compete:

- I - participar do processo de planejamento conjunto desde a concepção inicial das operações cibernéticas;
- II - coordenar as ligações da SSGC junto às demais estruturas do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC) e ao Sistema Nacional de Segurança Cibernética (SNSC), quando criado, com o apoio do D-6;
- III - coordenar a inserção de dados sobre proteção e defesa cibernética na Diretriz de Operações Aeroespaciais, em coordenação com a SSCEX, com o apoio do D-6;
- IV - levantar as Linhas de Ação (LA) para o cumprimento da missão em coordenação com as demais seções do EMC;
- V - organizar o confronto das Linhas de Ação de Guerra Cibernética levantadas;
- VI - coordenar e supervisionar as medidas de contrainteligência de Guerra Cibernética em apoio ao CCOI e D-6;
- VII - elaborar a Análise de Inteligência e a Análise de Contrainteligência de

Guerra Cibernética em apoio ao CCOI e D-6;

VIII - manter atualizadas as ordens de batalha do oponente no domínio cibernético;

IX - colaborar com o CCOI, a SSCEX do D-3 e o D-5 na elaboração e atualização da Lista Integrada de Alvos (LIA);

X - planejar as operações de proteção e defesa cibernéticas futuras em apoio ao D-5; e

XI - elaborar os documentos afetos às operações cibernéticas defensivas futuras, em apoio ao D-5.

Art. 79. À SubSeção de Lições Aprendidas (SSLPA) compete:

I - manter banco de dados sobre lições aprendidas, assessorando a SSPLA quanto a inserção desses conhecimentos adquiridos na confecção de planos e ordens operacionais;

II - coordenar os processos de gestão da doutrina de emprego, por intermédio da execução de atividades relacionadas à gestão do conhecimento;

III - supervisionar a aplicação da doutrina de emprego da FAB nas Operações e Exercícios em que o COMAE estiver envolvido, captar lições aprendidas e propor aprimoramentos;

IV - em coordenação com a SSPLA do D-5 e o D-3, propor as alterações no planejamento das operações que, porventura, se façam necessárias, visando ao cumprimento da missão;

V - assessorar quanto ao acompanhamento da dimensão informacional, com o apoio do D-7, a fim de criar condições de executar o planejamento das operações futuras;

VI - analisar o desempenho da Campanha Aeroespacial, com base nos resultados obtidos, permitindo o assessoramento quanto à condução da operação; e

VII - realizar a supervisão da aplicação da doutrina de emprego da FAB nas Operações Conjuntas, Singulares e Interagências que o COMAE estiver participando.

Seção V

4ª Seção - Logística (D-4)

Art. 80. Ao D-4 compete:

I - planejar, coordenar e integrar as ações logísticas e de mobilização necessárias à execução de operações sob responsabilidade do COMAE;

II - confeccionar o Anexo de Logística e Mobilização e seus apêndices ao plano operacional e tático, prevendo a forma e os procedimentos para o atendimento das demandas dentro das funções logísticas previstas;

III - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais; e

IV - gerenciar as atividades da SSCOL e SSCDM.

Art. 81. À SSCOL compete:

I - colaborar com a Seção de Operações na avaliação da praticabilidade, do ponto de vista logístico, das LA elaboradas;

II - executar as ações logísticas de curto prazo, com a finalidade de apoiar as operações em que o COMAE estiver envolvido;

III - confeccionar os mapas e os relatórios relativos à atividade logística;

IV - planejar e coordenar a capacidade dos meios relacionados ao provimento de todos os itens materiais necessários ao equipamento, aos recursos humanos, à operação e

ao emprego das forças envolvidas; e

V - consolidar as Listas de Necessidades das demais seções do EMC em uma única denominada Lista de Necessidades Complementar (LNC), apêndice ao Anexo de Logística e Mobilização.

Art. 82. À SSCDM compete:

I - verificar continuamente a disponibilidade dos meios aeroespaciais junto as Unidades sob Controle Operacional (UCONTOP), bem como sobre as plataformas espaciais, com o apoio da DIVOC do CCOA;

II - acompanhar, junto a DIVOC do CCOA, as necessidades de transporte logístico de itens de suprimento e pessoal, para o saneamento de panes ocorridas em meios adjudicados ao COMAE;

III - manter atualizado as condições da infraestrutura dos aeródromos de interesse, para fins de acompanhamento de disponibilidade dos meios e gestões junto aos órgãos de tráfego aéreo para disponibilidade, quando necessário;

IV - manter atualizado os controles e as diagonais de horas de voo sob responsabilidade do COMAE, com o apoio da SSAOP do D-5, para fins de subsídios ao D-3 e D-5;

V - manter atualizada as localidades de contratos de abastecimento de combustíveis, bem como a quantidade disponível, para subsídios às operações gerenciadas pelo D-3 e D-5; e

VI - manter, sob seu controle, a tabela de valores relativos ao Custo Logístico de Horas de Voo (CLHV) dos projetos da Força Aérea Brasileira, para subsídios ao levantamento de custos em apoio ao D-3, D-5 e GABAE.

Seção VI

5ª Seção - Planejamento (D-5)

Art. 83. Ao D-5 compete:

I - auxiliar o D-3 na elaboração dos documentos afetos ao Exame de Situação Operacional e à etapa da Elaboração de Planos e Ordens;

II - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais; e

III - gerenciar as atividades da SSPLA e SSAOP.

Art. 84. À SubSeção de Planejamento (SSPLA) compete:

I - elaborar o rascunho das matrizes de sincronização da operação/campanha durante a operação, consolidando-a até o final da etapa da Elaboração de Planos e Ordens;

II - liderar, coordenar e participar dos Grupos de Planejamento de Operações Aéreas (GPOA);

III - coordenar, com o apoio do D-1, o processo de confecção das Tabelas de Alocação de Pessoal em Posição Operacional (TAPPO) para os planejamentos e condução de Operações e Exercícios em que o COMAE estiver envolvido; e

IV - assessorar o CHEMC no acompanhamento e condução das reuniões diárias previstas para o EMC.

Art. 85. À SubSeção de Análise Operacional (SSAOP) compete:

I - acompanhar o desenvolvimento das operações em andamento, com foco no emprego do Esforço Aéreo e nos custos derivados;

II - analisar o emprego do Esforço Aéreo e seus custos nas operações finalizadas;

III - realizar análises prospectivas sobre cenários de operações futuras, com ênfase no emprego do Esforço Aéreo e seus custos; e

IV - propor à SSPLA possíveis ajustes no planejamento das operações em andamento e/ou futuras.

Seção VII

6ª Seção - Comando, Controle e Comunicações (D-6)

Art. 86. Ao D-6 compete:

I - proceder à análise de Comando, Controle e Comunicações;

II - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

III - gerenciar os processos e atividades afetos à Proteção Cibernética e Segurança da Informação nas operações, em coordenação com o D3 e, caso seja necessário, com a ATIC;

IV - assessorar tecnicamente o D-5 na elaboração de ITEMP / AVIEMP;

V - assessorar quanto ao gerenciamento e controle dos meios de detecção e comunicação, a serviço do SISDABRA;

VI - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação;

VII - interagir com a ATIC, no que diz respeito aos projetos de TI afetos às operações, representando o EMC no Comitê de Tecnologia da Informação do COMAE;

VIII - confeccionar o anexo de C3SI e seus apêndices ao plano operacional e tático, prevendo a forma e os procedimentos para o atendimento das demandas dentro das funções previstas;

IX - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais; e

X - gerenciar as atividades da SSPCC e SSENL.

Art. 87. À SubSeção de Planejamento de Comando e Controle (SSPCC) compete:

I - planejar, coordenar e controlar a instalação e a manutenção dos meios de comunicações, dos Sistemas de Tecnologia da Informação para Comando e Controle (SCTIC2) e dos sistemas de detecção necessários à condução das Operações e Exercícios Aeroespaciais em que o COMAE estiver envolvido;

II - auxiliar o D-3 e o D-5 nos processos de Exame de Situação e Confecção de Planos e Ordens para as Operações e Exercícios em que o COMAE estiver envolvido;

III - elaborar os Planos de Comunicações (PLACOM) e as Ordens de Enlace de Dados (OED);

IV - interagir tecnicamente com o GABAE/STIC sobre as demandas de TI do CCOA, as quais tenham impacto ou se relacionem com as redes internas do COMAE e/ou INTRAER;

V - supervisionar a disponibilidade dos meios de detecção e comunicação ligados ao SISDABRA;

VI - coordenar a integração das redes que interligarão o C2 do Comando Conjunto (CCj) com o C2 da Força Aérea Componente/Numerada;

VII - planejar e coordenar a instalação, a operação, a manutenção e a reversão de todos os sistemas de C2, em coordenação com as demais seções do EMC;

VIII - estabelecer e gerenciar o banco de dados da Força Aérea

Componente/Numerada, contando com a contribuição das demais seções do EMC, a fim de mantê-lo atualizado;

IX - manter atualizado as condições dos Radares de Controle de Tráfego Aéreo, para fins de acompanhamento de disponibilidade dos meios e gestões junto aos órgãos de tráfego aéreo para disponibilidade, quando necessário;

X - planejar, coordenar e executar as medidas necessárias ao adestramento do pessoal necessário à operação do sistema de C3SI; e

XI - contribuir para a manutenção da consciência situacional do EMC.

Art. 88. À SubSeção de Enlaces (SSENL) compete:

I - estruturar, especificar, instalar e manter atualizados todos os sistemas eletrônicos de interesse, tais como comunicações, rede de dados, modelagem e simulação;

II - gerenciar a matriz de processamento da informação;

III - manter a segurança da informação em coordenação estreita com o CCOI, STIC do GABAE e com a SSGC do D-3; e

IV - estabelecer medidas de proteção cibernética dos sistemas de C3SI em coordenação com a ATIC e SSGC do D-3.

Seção VIII

7ª Seção - Comunicação Social (D-7)

Art. 89. Ao D-7 compete:

I - elaborar o Plano de Comunicação Estratégica do COMAE;

II - participar do Processo de Planejamento Conjunto (PPC) a fim de analisar as operações aéreas e/ou as linhas de ação e/ou possibilidades do inimigo à luz da opinião pública;

III - contribuir para a manutenção da consciência situacional do EMC;

IV - confeccionar os anexos de Comunicação Social relativos às operações do COMAE;

V - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais, de forma a não restringir as opções de comando;

VI - propor ao D-1 a utilização de pessoal civil;

VII - supervisionar o planejamento de Comunicação Social das Forças Componentes;

VIII - coordenar com o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER) a realização de pesquisas de opinião pública e atendimento à imprensa; e

IX - gerenciar as atividades da SSLA e SSCDI.

Art. 90. À SubSeção de Linguística Aplicada (SSLA) compete:

I - elaborar textos noticiáveis, a partir de informações confiáveis e de acordo com as diretrizes de Comunicação Social emanadas pelo CECOMSAER;

II - realizar as coordenações com o CECOMSAER a fim de divulgar o COMAE e as atividades operacionais sob sua responsabilidade;

III - preparar os porta-vozes para a exposição na mídia, se for o caso, por meio do **Media Training** e levando em consideração as análises e mapas criados na SSAP;

IV - receber e assessorar a imprensa; e

V - gerenciar as crises de Imagem institucional do COMAE.

Art. 91. À SubSeção de Análise da Percepção (SSAP) compete:

I - mapear as audiências de interesse do COMAE;

II - isolar, compreender e escrever o tema ou problema principal a partir do qual

será procedida a produção textual ou auditiva;

III - propor ideias-força e mensagens de comando;

IV - estabelecer os meios de apoio necessários, os meios de comunicação a serem empregados e os porta-vozes aptos a se relacionarem com a mídia, no EMC, mediante coordenação com o CECOMSAER; e

V - avaliar o reflexo das operações na mídia a partir de um formato gráfico e simples, a fim de criar um banco de dados relativo às matérias consideradas favoráveis, desfavoráveis ou neutras sobre as operações sob responsabilidade do COMAE e ajustar estratégias de comunicação mediante coordenação com o CECOMSAER.

Seção IX

8ª Seção - Operações de Informação (D-8)

Art. 92. Ao D-8 compete:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto do COMAE acerca das opções que a pasta oferece;

II - participar do Processo de Planejamento Conjunto (PPC) a fim de analisar as operações aéreas e/ou as linhas de ação e/ou possibilidades do inimigo à luz da vantagem estratégica;

III - propor campanhas operacionais para influenciar, interromper, controlar, desorientar ou manipular o fluxo de informações do adversário operacional;

IV - contribuir para a manutenção da consciência situacional do EMC;

V - propor ao D-1 a utilização de pessoal civil;

VI - confeccionar os anexos de Operações de Informação relativos às operações do COMAE;

VII - propor ao D-1 a utilização de pessoal civil;

VIII - confeccionar o Anexo de Operações e os seus apêndices, bem como supervisionar o desdobramento documental nas Forças Componentes;

IX - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais; e

X - gerenciar, em coordenação com o D-7, as crises de Imagem institucional afetas às operações em curso.

Art. 93. À SubSeção de Ciências Humanas (SSCH) compete:

I - desenvolver, revisar e avaliar os planos e atividades das Operações de Informação baseados em efeitos de informação aprovados;

II - avaliar as atividades que afetam o ambiente da informação dentro da abordagem das comunicações estratégicas;

III - planejar os meios necessários e disponíveis para apoiar as atividades de Operações de Informação;

IV - realizar avaliações do estado psicológico de oponentes e forças amigas, com o objetivo de influenciar o moral e prever reações comportamentais; e

V - assessorar quanto aos seguintes aspectos no tocante às Op Info: implicações filosóficas, políticas, culturais, etnológicos, religiosos, psicológicas, sociais e relacionamento com a mídia.

Art. 94. À SubSeção de Coordenação e Análise (SSCA) compete:

I - coordenar com a SSGC do D-3 o emprego da Guerra Cibernética em apoio às Operações de Informação;

II - coordenar a utilização das informações úteis originadas nos principais

campos do conhecimento: a Cibernética, especialmente durante o seu uso ofensivo; a Guerra Eletrônica, sobretudo quando for necessário monitorar o impacto da interferência nas comunicações e sinais eletrônicos adversários e explorar o êxito de operações dessa natureza; a Comunicação Social, a fim de incorporar os resultados positivos gerados no D-7; a Psicologia, para identificar como audiências e/ou líderes reagem a estímulos/informações, tomam decisões e expõem vulnerabilidades cognitivas e assim auxiliar a compreensão do processo decisório do inimigo; e a Inteligência, a fim de usufruir dos dados, análises contínuas e informações desse campo em prol da consciência situacional e antecipação das ações inimigas. Tudo em favor da linha de ação optada;

III - proceder à análise do ambiente informacional, considerando as capacidades relacionadas à Informação típicas do domínio operacional relativo ao poder aeroespacial (Operações Psicológicas, Ações de Guerra Eletrônica, Defesa Cibernética, Comunicação Social e Assuntos Cíveis), de maneira a mensurar os impactos das ou nas operações do COMAE; e

IV - utilizar métricas de análise comportamental para avaliar a eficácia das mensagens disseminadas pelo COMAE ou Comando Conjunto, no ambiente informacional de interesse.

Seção X

9ª Seção - Assuntos Cíveis (D-9)

Art. 95. Ao D-9 compete:

I - assessorar o Chefe do Estado-Maior Conjunto do COMAE acerca das opções que a Seção oferece;

II - participar do Processo de Planejamento Conjunto (PPC) a fim de analisar as operações aéreas e/ou as linhas de ação e/ou possibilidades do inimigo à luz da Ajuda Humanitária;

III - sob a égide do Estado Final Desejado Operacional vigente, planejar a participação do COMAE ou Comando Conjunto de referência na transição para a normalidade e, se for o caso, para o desenvolvimento social subsequente no Teatro ou Área de Operações

IV - contribuir para a manutenção da consciência situacional do EMC;

V - propor ao D-1 a utilização de pessoal civil;

VI - coordenar com o Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comandante da Aeronáutica (ASPAER) aquelas questões que envolvam órgãos ou agências governamentais e não puderam ser resolvidas no âmbito operacional;

VII - promover a comunicação eficaz entre a FAB, as organizações governamentais ou não, e as agências envolvidas nas atividades operacionais em curso;

VIII - confeccionar o Anexo de Assuntos Cíveis e os seus apêndices, bem como supervisionar o desdobramento documental nas Forças Componentes;

IX - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais; e

X - divulgar a missão e os valores da FAB entre as agências com as quais venha a se relacionar.

Art. 96. À SubSeção de Parcerias e Investimentos (SSPI) compete:

I - servir de ponto de contato com os setores contratantes da FAB;

II - em coordenação com a Assistência jurídica, avaliar as oportunidades e a segurança jurídica dos empreendimentos terceirizados em favor das operações do COMAE;

III - avaliar as implicações, na esfera dos Assuntos Cíveis, inerentes às linhas de

ação elaboradas pelo D-3;

IV - verificar a necessidade e possibilidades de ligações com as autoridades civis, providenciando a redução ou eliminação dos óbices porventura existentes, tendo sempre como foco o apoio às operações militares; e

V - em coordenação com D-3, D-4, D-5 e D-10, participar das etapas de planejamento financeiro das Operações e Exercícios em que o COMAE estiver envolvido.

Art. 97. À SubSeção de Relacionamento Interagências (SSCI) compete:

I - planejar e conduzir as ações afetas ao seu campo de atuação, em coordenação com o CCOI, D-3, D-4, D-7 e D-8, em apoio às operações militares;

II - estabelecer os procedimentos para as atividades sob sua responsabilidade, verificando as instalações a serem utilizadas e os meios de apoio necessários, bem como as possibilidades de emprego de instalações e pessoal civis, presentes nas áreas de responsabilidade, em apoio à campanha/operação, em especial a segurança do pessoal, que poderá envolver a Seção de Segurança e Defesa (SSD) do COMAE;

III - avaliar a resiliência dos civis envolvidos nas operações militares sob responsabilidade do COMAE a fim de, em coordenação com a área de saúde devida, proporcionar a prevenção psicológica e a higidez dos profissionais envolvidos nas ações;

IV - servir de Ponto de Contato com a equipe brasileira do Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas (SICOFAA); e

V - abarcar e utilizar o conjunto de normas que envolvem o Direito Internacional Humanitário (DIH) e a Diplomacia Militar Internacional.

Seção XI

10ª Seção - Administração Financeira (D-10)

Art. 98. Ao D-10 compete:

I - gerenciar os recursos orçamentários repassados por órgãos externos ao Comando da Aeronáutica destinados a Operações e Exercícios, de modo a promover a execução, o controle e a correta aplicação dos créditos.

Seção XII

Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais - CPOGI

Art. 99. Ao CPOGI compete:

I - coordenar os processos afetos ao planejamento e gestão institucionais, à gestão/capacitação de RH e à gestão do conhecimento no âmbito do COMAE;

II - coordenar os projetos e as atividades desenvolvidos pela DIVPI, DIVGI, DIVRH e DIVLD; e

III - assessorar o CHEMC nos assuntos relativos ao Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais do COMAE.

Art. 100. À DIVPI compete:

I - coordenar os processos de elaboração e atualização do Plano Setorial (PLANSET) e do Programa de Trabalho Anual (PTA) em coordenação com todos os setores do COMAE, para o último dia útil do mês de novembro do ano corrente;

II - coordenar o planejamento do esforço aéreo para A+1 das demandas emanadas pelos ODSA da FAB;

III - coordenar o planejamento do esforço aéreo para A+1 das demandas emanadas pela MB, pelo EB e pelo MD para composição do Programa de Missões Conjuntas

(PMC);

IV - gerenciar o Cronograma de Atividades Aeroespaciais do COMAE;

V - confeccionar, em coordenação com o EMC e com o CCOA, o Programa de Atividades Aeroespaciais do COMAE (ICA 55-99), de acordo com orientações emanadas do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), via ICA 55-66;

VI - coordenar o processo de concepção das Fichas de Propostas de Atividades Bilaterais (FPAB) de operações planejadas para A+1 e A+2;

VII - coordenar o processo de concepção das Fichas de Propostas de Operações e Exercícios (FPOE) para os anos A+1, A+2 e A+3; e

VIII - coordenar o processo de concepção das Fichas de Propostas de Missões (FPM) de operações planejadas e gerenciadas para A+1.

Art. 101. À DIVGI compete:

I - apoiar a DIVPI na confecção do PLANSET, quanto à informações orçamentárias;

II - gerenciar o Plano Setorial do COMAE, controlando a execução dos projetos e atividades nele contidos e propondo priorizações, frente aos recursos creditícios recebidos no ano corrente;

III - gerenciar os processos sob responsabilidade do COMAE, oriundos do PLANSET/PTA, nos sistemas informatizados de gestão estratégicas do COMAER e acompanhar os indicadores no ano corrente;

IV - coordenar e supervisionar os processos relativos à gestão de riscos do COMAE;

V - realizar o Gerenciamento do Risco Operacional (GRO);

VI - coordenar a integração e a qualidade dos processos no âmbito do COMAE;

VII - coordenar os processos de governança institucional;

VIII - confeccionar o Relatório de Gestão do COMAE, a partir das informações fornecidas pelos demais setores, sob a sua coordenação; e

IX - coordenar os processos da gestão orçamentária no âmbito do COMAE.

Art. 102. À DIVRH compete:

I - identificar, analisar e gerenciar os conhecimentos disponíveis no âmbito do COMAE com vistas à melhor aplicação dos Recursos Humanos;

II - gerenciar os processos de movimentação de pessoal no âmbito do COMAE;

III - gerenciar a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), efetuando as devidas gestões com os órgãos superiores para o atendimento das necessidades do COMAE;

IV - manter tabela atualizada que contenha a distribuição dos cargos de TLP entre os elementos organizacionais do COMAE;

V - confeccionar e gerenciar os Plano de Missão de Ensino (PLAMENS) e de Missões Técnico-administrativas no Exterior (PLAMTAX);

VI - coordenar e gerenciar, junto aos demais ODGSA, a distribuição, alocação e capacitação do efetivo de Oficiais e Graduados do COMAE;

VII - gerenciar o Plano de Capacitação em Idioma Estrangeiro no âmbito do COMAE, por meio da aplicação do Teste Diagnóstico de Idioma Estrangeiro (TDIE);

VIII - coordenar o processo de indicação de militares para os cursos previstos em Tabelas do COMAER (TCA), escolas e instituições públicas e privadas, obedecendo os interesses de capacitação do COMAE;

IX - compilar os Pedidos de Cooperação de Ensino (PCE) e de Instrução (PCI) de interesse do COMAE e encaminhá-los ao EMAER; e

X - coordenar as atividades de instrução de interesse do COMAE.

Art. 103. À DIVLD compete:

I - coordenar os processos de gestão das Normas Sistêmicas de Defesa Aeroespacial (NOSDA) e das Normas de Emprego (NOREMP), por intermédio da atualização, controle e distribuição e, ainda, por meio da edição de eventuais Avisos de Defesa Aérea (AVISDA), Avisos de Emprego (AVIEMP), Instruções Temporárias de Defesa Aérea (ITEMDA) e Instruções Temporárias (ITEMP);

II - coordenar os processos de confecção e atualização das Normas Binacionais de Defesa Aérea (NBDA), em coordenação com outros setores do COMAE;

III - planejar e coordenar a execução das Reuniões de Coordenação de Operações Aeroespaciais (RECOA), das Reuniões de Coordenação entre o COMAE e os demais ODS, além de Visita de Coordenação Sistêmica ao Comando de Defesa Antiaérea e Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro, e ao Batalhão de Combate Aéreo e Comando de Operações Navais da Marinha do Brasil; e

IV - coordenar as revisões de manuais, normas e demais legislações solicitadas pelo Ministério da Defesa.

Art. 104. À SCPOGI compete:

I - prestar o apoio administrativo às divisões do CPOGI;

II - coordenar com o protocolo do COMAE o recebimento e a expedição de documentação oficial;

III - controlar os documentos em trânsito ou produzidos no CPOGI; e

IV - coordenar o apoio a ser prestado quando da realização de eventos a cargo do CPOGI, tais como sala de reunião, projetor e computadores, para a realização de palestras e conferências.

Seção XIII

Centro Conjunto de Operações Aéreas - CCOA

Art. 105. Ao CCOA compete:

I - coordenar os processos afetos ao planejamento e condução de operações de emprego do poder aeroespacial;

II - coordenar os projetos e as atividades desenvolvidos pela DIVPLAN, DIVPROG, DIVOC; e

III - assessorar o CHEMC nos assuntos relativos às Operações Aeroespaciais do COMAE.

Art. 106. À DIVPLAN compete:

I - apoiar a D-3 na identificação de lições aprendidas para aperfeiçoamento da Doutrina de Emprego da FAB em Operações Aeroespaciais;

II - em coordenação com o D-5, constituir a Equipe de Planejamento nas Etapas de Exame de Situação e de Confecção de Planos e Ordens das Operações e Exercícios em que o COMAE estiver envolvido;

III - coordenar os processos de elaboração e emissão da Diretriz de Operações Aeroespaciais (DOA) e das Instruções Especiais (INESP); e

IV - apoiar o D-10 nos processos de análise de custos e descentralização de créditos de destaques para suporte às Operações e Exercícios do COMAE.

Art. 107. À DIVPROG compete:

I - conduzir os processos de programação de atividades operacionais e emissão

de ordens operacionais do COMAE;

II - elaborar o planejamento tático que define as Ações de Força Aérea a serem realizadas na campanha aérea;

III - coordenar o processo de elaboração do Plano Diário de Operações Aéreas (PDiOA), com o objetivo de traduzir em missões aéreas a DOA;

IV - produzir as Ordens Fragmentárias (OFRAG) necessárias ao cumprimento do PDiOA; e

V - elaborar as Ordens Preparatórias (OPREP) e as Ordens de Movimento (OMOV), a fim de desdobrar ou retrair as Unidades sob Controle Operacional (UCONTOP).

Art. 108. À DIVOC compete:

I - planejar os acionamentos dos meios aéreos afetos ao SISDABRA para verificação do sistema;

II - conduzir os processos de controle das ações planejadas de emprego do Poder Aeroespacial;

III - supervisionar, coordenar e controlar a execução das ordens emitidas pela DIVPROG e aquelas emitidas no âmbito das operações correntes;

IV - supervisionar e gerenciar a correta aplicação das Normas Operacionais do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (NOSDA), durante operações de Defesa Aeroespacial;

V - gerenciar e supervisionar os serviços de Alerta de Defesa Aérea, de Alerta SAR e os processos envolvidos em seus respectivos acionamentos;

VI - gerenciar as Células, com ênfase nas seguintes atividades: situação dos Alertas de Defesa Aeroespacial e de Busca e Salvamento, supervisão de AVOEM e disponibilidade dos meios que sustentam as ações do SISDABRA, Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes (TOTEQ), Evacuação Aeromédica (EVAM), Medidas de Controle no Solo (MCS), ações em Operações Terrestres e análise meteorológica;

VII - gerenciar os códigos de autenticação de Defesa Aeroespacial;

VIII - supervisionar as missões de Patrulha Marítima, Transporte Aéreo Logístico, Reconhecimento Aéreo e, ainda, as relacionadas às Operações Terrestres de interesse;

IX - elaborar e controlar as escalas de serviço das equipes que guarnecem a DIVOC; e

X - como representante do elo central do SISDABRA, supervisionar o trabalho dos Centros de Operações Militares, das respectivas Regiões de Defesa Aérea, no que diz respeito à disponibilidade dos meios de detecção e comunicação e ao processo de vigilância e identificação dos tráfegos voando no Espaço Aéreo Brasileiro.

Art. 109. À SCCOA compete:

I - prestar o apoio administrativo às divisões do CCOA;

II - coordenar com o protocolo do COMAE o recebimento e a expedição de documentação oficial;

III - controlar os documentos em trânsito ou produzidos no CCOA; e

IV - coordenar o apoio a ser prestado quando da realização de eventos a cargo do CCOA, tais como sala de reunião, projetor e computadores, para a realização de palestras e conferências.

Seção XIV
Centro de Operações Espaciais - COPE

Art. 110. Ao COPE compete:

- I - planejar, controlar, supervisionar e executar os sistemas espaciais do COPE-P e do Centro de Operações Espaciais Secundário (COPE-S);
- II - assessorar o Comandante de Operações Aeroespaciais nos assuntos afetos ao controle e o emprego de sistemas espaciais;
- III - assessorar o CHEMC nos assuntos relativos às Operações Espaciais do COMAE; e
- IV - pesquisar e desenvolver soluções técnico-operacionais para otimizar o controle e o emprego de sistemas espaciais.

Art. 111. À ASSE compete:

- I - assessorar o Chefe do COPE nos assuntos relacionados à Segurança de Sistemas Espaciais;
- II - assessorar o Chefe do COPE em relação à Gestão da Prevenção de Ocorrências Espaciais visando ao desenvolvimento e manutenção da Segurança Operacional Espacial;
- III - assessorar o Chefe do COPE em relação ao processo de Investigação de Ocorrências Espaciais;
- IV - coordenar a implantação e monitorar as ações de segurança relacionadas diretamente aos procedimentos operacionais dos Sistemas Espaciais e à operação e manutenção dos equipamentos de solo (equipamentos de missão e infraestrutura crítica);
- V - garantir a guarda, em local apropriado, de todo equipamento e material necessário para a manipulação das chaves criptográficas dos sistemas de operação de satélites;
- VI - coordenar os treinamentos e as atividades de carregamento das chaves criptográficas nos sistemas de operação de satélites, quando determinado;
- VII - propor à Chefia do COPE diretrizes e metodologias a serem adotadas na avaliação e manutenção da Segurança Operacional Espacial;
- VIII - interagir com a ATIC, em relação aos processos de proteção cibernética no âmbito do COPE, atuando como Elo no Comitê de Tecnologia da Informação do COMAE; e
- IX - interagir com a SSD do COMAE, em relação às ações de segurança das instalações do COPE, atuando como Elo de Segurança Orgânica.

Art. 112. À ACPC compete:

- I - planejar e coordenar, em conjunto com o GABAE, e demais Centros do COMAE, as ações relativas à capacitação e gestão do COPE;
- II - coordenar a realização do Conselho Operacional e de Instrução (COI) do COPE;
- III - controlar a elaboração das atas de conselho e a publicação das qualificações operacionais do efetivo do COPE;
- IV - coordenar o levantamento das necessidades operacionais e administrativas das divisões do COPE, planejar os recursos orçamentários necessários para o ano seguinte e enviar as informações pertinentes para a DIVGI do CPOGI; e
- V - assessorar o Chefe do COPE em relação à capacitação, gestão, COI e necessidades operacionais e administrativas do COPE.

Art. 113. À DIVCTR compete:

- I - planejar, coordenar e executar todas as atividades ligadas ao controle de

veículos espaciais;

II - coordenar, executar e supervisionar as ações de mecânica e/ou dinâmica orbital de veículos espaciais;

III - realizar as ações de monitoramento do ambiente espacial e dos objetos espaciais, acionando o(s) setor(es) competentes em caso de anomalias;

IV - coordenar e executar, medidas que melhorem a filosofia e doutrina de operação de controle de satélites;

V - coordenar, na área de controle satelital, a implantação de novos sistemas espaciais no COPE;

VI - propor e emitir relatórios específicos sobre controle de satélites e sobre o desempenho de sistemas e subsistemas dos veículos espaciais; e

VII - interagir tecnicamente com Organizações externas, de modo a garantir a operação ininterrupta dos sistemas espaciais, o monitoramento do ambiente espacial e de objetos em órbita do planeta, de forma a promover uma maior consciência do domínio espacial.

Art. 114. À DIVEMP compete:

I - planejar, coordenar e executar todas as atividades ligadas ao emprego das cargas úteis dos veículos espaciais;

II - supervisionar, em coordenação com a DIVCTR, a operação das cargas úteis dos veículos espaciais;

III - coordenar, junto ao CCOI, os processos de comando e controle para o fornecimento de produtos de sensoriamento remoto para os clientes externos ao COMAE;

IV - coordenar a elaboração e emissão de relatórios periódicos sobre os planejamentos e execução das operações de cargas úteis dos veículos espaciais;

V - propor medidas que melhorem a filosofia e doutrina de operação e emprego de satélites; e

VI - coordenar, na área de emprego de carga útil satelital, a implantação de novos sistemas espaciais no COPE.

Art. 115. À DIVSESP compete:

I - assessorar tecnicamente o Chefe do COPE na definição das missões espaciais relacionadas com os sistemas de satélite do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE);

II - elaborar e fixar as Necessidades Operacionais (NOP) dos Projetos relacionados com os sistemas de satélite do PESE;

III - propor alternativas de sistemas de monitoramento espacial compreendendo sensores ópticos e radar, processamento de dados e análise de resposta às conjunções;

IV - acompanhar e analisar as tecnologias de sistemas espaciais e de acesso ao espaço de interesse do PESE, existentes no mercado nacional e internacional, propondo alternativas para atender às necessidades operacionais;

V - manter o relacionamento com Agências, Instituições e Organismos, nacionais e internacionais, que atuem na área espacial;

VI - coordenar e participar da análise de projetos de missões espaciais para definição de requisitos que atendam às necessidades operacionais de interesse da Defesa e/ou demais órgãos da administração pública;

VII - planejar e coordenar as atividades relacionadas com especificações técnicas, configurações, projetos técnicos, instalações de equipamentos, sistemas e órgãos técnicos necessários à implantação e operacionalização de projetos do PESE; e

VIII - planejar e coordenar as estratégias de implantação dos projetos do PESE.

Art. 116. À DIVIC compete:

I - coordenar as ações necessárias para o funcionamento dos sistemas de infraestrutura crítica (energia, climatização e sistemas de detecção e combate a incêndio e automação) do COPE;

II - interagir tecnicamente com Organizações externas, de modo a garantir o funcionamento dos sistemas sob sua responsabilidade;

III - propor, coordenar e executar, de forma integrada com as demais Divisões/Assessorias do COPE, ações corretivas e mitigadoras de anomalias e falhas, nos sistemas sob sua responsabilidade;

IV - propor ações que maximizem a vida útil dos sistemas sob sua responsabilidade e, quando aprovadas, coordenar sua implantação;

V - gerenciar a capacitação dos recursos humanos da DIVIC na área de planejamento, operação e manutenção da infraestrutura do COPE; e

VI - supervisionar e direcionar a execução das atividades técnicas do COPE-S ligadas aos segmentos terrestres afins à sua área de atuação.

Art. 117. À DIVSOP compete:

I - implantar, gerenciar, monitorar e manter os segmentos terrestres sob sua responsabilidade em condições de operação, incluídas as redes e seus ativos operacionais, bem como as antenas, interagindo tecnicamente com Organizações externas, quando determinado, de modo a garantir sua operação ininterrupta;

II - interagir tecnicamente com o GABAE/STIC sobre as demandas de TI do COPE, as quais tenham impacto ou se relacionem com as redes internas do COMAE e/ou INTRAER;

III - coordenar e controlar a execução das atividades de suprimento e manutenção relacionadas aos segmentos terrestres sob a sua responsabilidade;

IV - propor, coordenar e executar, de forma integrada com as demais Divisões do COPE, ações corretivas e mitigadoras de anomalias e falhas, no segmento terrestre sob a sua responsabilidade;

V - interagir com a ATIC, seguindo as orientações estabelecidas, no que se refere à implantação de projetos, capacitação e aquisição de equipamentos de TI;

VI - coordenar, na sua área de atuação, a implantação de novos sistemas espaciais;

VII - propor ações que maximizem a vida útil dos sistemas terrestres e, quando aprovadas, coordenar sua implementação; e

VIII - supervisionar e direcionar a execução das atividades técnicas do COPE-S ligadas aos segmentos terrestres afins à sua área de atuação.

Art. 118. À SCOPE compete:

I - prestar o apoio administrativo às assessorias e divisões do COPE;

II - controlar e coordenar os documentos em trânsito ou produzidos no COPE;

III - coordenar o apoio a ser prestado quando da realização de eventos a cargo do COPE, tais como sala de reunião, projetor e computadores, para a realização de palestras e conferências; e

IV - controlar, manter e distribuir relatórios e atas de reunião emitidos no âmbito do COPE.

Art. 119. Ao COPE-S compete:

I - implantar, gerenciar, monitorar e manter o(s) segmento(s) terrestre(s) sob sua responsabilidade em condições de operação, incluídas as redes e seus ativos, bem como

as antenas;

II - coordenar e controlar a execução das atividades de suprimento e manutenção relacionadas aos segmentos terrestres sob a sua responsabilidade;

III - coordenar as ações necessárias para a operação e funcionamento da infraestrutura crítica sob a sua responsabilidade;

IV - interagir tecnicamente, quando determinado, com Organizações externas, de modo a garantir a operação ininterrupta dos segmentos terrestres de operação dos satélites;

V - propor, coordenar e executar ações preventivas e corretivas, sob supervisão e direcionamento das Divisões do COPE, a fim de mitigar anomalias e falhas no segmento terrestre sob a sua responsabilidade;

VI - propor ações que maximizem a vida útil dos sistemas terrestres e, quando aprovadas, coordenar sua implementação;

VII - por meio da SAD-S, prestar o apoio administrativo e de serviços necessários ao funcionamento do COPE-S;

VIII - por meio da SERS-S e da SEMA-S, prover a manutenção e executar as atividades técnicas relacionadas aos Equipamentos de Missão sob supervisão da DIVSOP do COPE, a fim de assegurar a operação plena do COPE-S; e

IX - por meio da SMIC-S e SSA-S, prover a manutenção e executar as atividades técnicas relacionadas à Infraestrutura Crítica sob supervisão da DIVIC do COPE, a fim de assegurar operação plena do COPE-S.

Seção XV

Centro Conjunto Operacional de Inteligência - CCOI

Art. 120. Ao CCOI compete:

I - executar atividades de Inteligência no nível operacional, a fim de contribuir para o emprego do poder aeroespacial brasileiro;

II - assessorar o CHEMC nos assuntos relativos à Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR) e à Contrainteligência em Operações Aeroespaciais;

III - assessorar o Comandante quanto à participação em atividades junto aos elos do Sistema de Inteligência da Aeronáutica (SINTAER), dos Órgãos de Inteligência da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro, do Sistema de Inteligência de Defesa (SIDE), do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), dos Órgãos de Segurança Pública estadual/municipal e das demais instituições públicas dentro de sua Área de Interesse;

IV - coordenar as atividades de inteligência necessárias à execução de operações sob responsabilidade do COMAE, bem como fornecer subsídios para as outras seções do Estado-Maior Conjunto, atuando como D-2;

V - coordenar os processos de produção e proteção de conhecimentos no âmbito do COMAE;

VI - estudar e propor as medidas de Contrainteligência (CI) que devam ser adotadas pelo COMAE;

VII - coordenar o atendimento de demandas de IVR, no nível operacional, em âmbito interno ao COMAE e de órgãos externos ao COMAE;

VIII - coordenar a produção de informações e conhecimentos, visando ao apoio à decisão do Comandante do COMAE e, quando pertinente, aos demais níveis decisórios;

IX - observar as orientações previstas no Anexo Estratégico de Inteligência, do PEECFA;

X - coordenar as atividades de Inteligência relativas ao planejamento

operacional;

XI - levantar as possibilidades do inimigo, identificando as vulnerabilidades e as ameaças prováveis para a operação;

XII - propor ao Comandante do COMAE a priorização de emprego dos meios ou das unidades de combate na busca e na coleta de dados de Inteligência, realizando as devidas coordenações com as demais Forças Componentes e o Comando Conjunto;

XIII - confeccionar o Anexo de Inteligência ao Plano Operacional e seus apêndices;

XIV - contribuir com os dados de pessoal para subsidiar planos de apoio logístico e o Anexo de Pessoal junto ao D-1 e D-4;

XV - gerenciar o Banco de Dados de Inteligência Operacional do COMAE;

XVI - supervisionar o emprego de Meios de Força Aérea nas missões de IVR;

XVII - contribuir na revisão doutrinária de IVR;

XVIII - apontar as deficiências e necessidades operacionais dos sensores embarcados para IVR empregados pelo COMAE;

XIX - contribuir com as ações de IVR quanto à conformidade com o Conceito da Operação (CONOP) e o Conceito de Emprego (CONEMP) em vigor;

XX - representar o COMAE em reuniões doutrinárias, assessorias técnicas e Grupos de Trabalho que estejam relacionados com as atividades de Inteligência Operacional desenvolvidas no COMAE;

XXI - coordenar as ações de Força Aérea de IVR entre UCONTOP e o COMAE;

XXII - disponibilizar ao CPOGI, ao CCOA e às UCONTOP avaliações oportunas e atualizadas sobre a situação das forças oponentes e sobre o grau de ameaça dos sistemas de interesse;

XXIII - atuar como Elo SINTAER no COMAE;

XXIV - coordenar os projetos e as atividades desenvolvidos pelas Divisões do CCOI;

XXV - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais; e

XXVI - autenticar os documentos de Inteligência produzidos pelo CCOI.

Art. 121. À ACINTEL compete:

I - assessorar o Chefe do CCOI em relação aos assuntos de contrainteligência operacional;

II - coordenar com o D-1 e o D-4 a seleção e controle da mão de obra civil, quando for o caso;

III - planejar, em coordenação com a SubSeção de Guerra Cibernética do D-3, a produção de conhecimento proveniente da fonte cibernética;

IV - supervisionar as operações de inteligência com outras agências governamentais; e

V - coordenar com o CCOI os processos de produção dos conhecimentos de Inteligência que fundamentam o planejamento e a condução das Operações Aeroespaciais.

Art. 122. À DIVCO compete:

I - receber, avaliar, formatar e priorizar as demandas por produtos de IVR;

II - coordenar a produção e distribuição dos Produtos de Inteligência junto às Divisões do CCOI com vistas ao atendimento das demandas existentes;

III - controlar a conformidade no atendimento das demandas recebidas;

IV - contabilizar o atendimento das demandas atribuídas ao CCOI;

V - coordenar o atendimento das demandas de Inteligência necessárias ao planejamento e condução de Operações Aéreas, apoiando as necessidades das Células de Inteligência das divisões do CCOA;

VI - coordenar as Operações e demandas de inteligência com o Ministério da Defesa, demais Forças Singulares e Agências Governamentais;

VII - planejar e coordenar a coleta, produção e disponibilização de Produtos de Inteligência necessários ao atendimento de eventos operacionais previstos ou demandados;

VIII - planejar a coleta de dados de acordo com as demandas internas do COMAE ou oriundas de órgãos externos ou em apoio à DIVCO;

IX - solicitar ao CCOA a execução de missões de IVR, a partir de sensores aéreos, conforme o planejamento estabelecido;

X - solicitar ao COPE a execução de missões de IVR, a partir de sensores orbitais, conforme o planejamento estabelecido;

XI - contribuir com o CCOA durante a execução das missões de IVR, orientando as ações conforme as necessidades de coleta;

XII - coordenar a distribuição dos Produtos de Inteligência obtidos nas missões de IVR junto às Divisões do CCOI com vistas ao atendimento das demandas existentes;

XIII - planejar, coordenar e executar com o CCOA os acionamentos dos meios aéreos afetos ao SISDABRA, inclusive para verificação do sistema;

XIV - supervisionar o cumprimento das doutrinas previstas no SINTAER e no SINDE no âmbito do COMAE, no tocante ao armazenamento e trânsito de informações por sistemas informatizados;

XV - auxiliar a DIVGI do CPOGI na elaboração do PLANSET nos assuntos relacionados às atividades do CCOI;

XVI - elaborar a Trilha de Capacitação do CCOI e supervisionar o seu cumprimento; e

XVII - coordenar junto à DIVRH do CPOGI o planejamento de capacitação dos Recursos Humanos do CCOI.

Art. 123. À DIVAN compete:

I - contribuir com a D-5 na análise de tendências de Cenários existentes ou prováveis;

II - contribuir com o processo de Exame de Situação Continuado, no nível tático, junto à DIVPLAN, D-3 e D-5;

III - analisar os prováveis conceitos de emprego dos meios oponentes em apoio às operações;

IV - elaborar análises em conformidade com as demandas existentes em apoio aos planejamentos de emprego;

V - realizar a análise de cenários em assessoramento a demandas de planejamentos de operações conjuntas ou singulares, no nível operacional;

VI - identificar regiões de fronteira, com ameaças críticas, para o desenvolvimento de ações de IVR, com vistas ao incremento da consciência situacional na região;

VII - desenvolver cenários de países da América do Sul, buscando características e tendências, bem como o monitoramento dos países vizinhos;

VIII - coordenar com o CCOI o processo de Avaliação de Danos de Batalha (ADB);e

IX - priorizar o desenvolvimento de cenários conforme a Diretriz Operacional de Inteligência (DOI).

Art. 124. À DIVIMG compete:

- I - receber, analisar, inserir e acompanhar, em ferramentas disponibilizadas pelo COPE, as missões de IVR espaciais, de acordo com as demandas solicitadas pela DIVCO;
- II - administrar o Catálogo de Imagens do COMAE, mantendo a atualização e a organização das imagens;
- III - verificar e informar à DIVCO a porcentagem de cobertura dos alvos imageados com sensores espaciais, de acordo com as demandas solicitadas pela DIVCO; e
- IV - gerar os arquivos **shapefiles** do pedido de imagens solicitados pela DIVCO, caso os clientes não tenham enviado os referidos arquivos.

Art. 125. À DIVPROD compete:

- I - produzir Relatórios de Reconhecimento Aéreo a fim de atender às solicitações da DIVCO;
- II - apoiar a elaboração de cenários e mapas de situação para o planejamento e condução de operações aéreas ou EXOP;
- III - produzir e atualizar Arquivos de Ameaça e Pastas de Alvos;
- IV - produzir relatórios de avaliação de sistemas bélicos de interesse;
- V - gerir aplicações de geointeligência no intuito de atender as necessidades da DIVAN e do CCOI;
- VI - receber, analisar, inserir e acompanhar, em ferramentas disponibilizadas pelo COPE, as missões de IVR espaciais, de acordo com as demandas solicitadas pela DIVCO;
- VII - verificar e informar à DIVCO a porcentagem de cobertura dos alvos imageados com sensores espaciais, de acordo com as demandas solicitadas pela DIVCO;
- VIII - realizar a conformidade das imagens de satélite recebidas pelo CCOI; e
- IX - administrar o catálogo de imagens do CCOI.

Art. 126. À DIVGE compete:

- I - planejar a coleta de dados de Guerra Eletrônica (GE) relativo a emissores de comunicações (COM) e não comunicações (NCOM), em consonância com informações da DIVAN;
- II - manter a operacionalidade dos sistemas de apoio à GE sob sua responsabilidade junto aos elos integrantes do SIGEA;
- III - coordenar ações e estudos focados no aprimoramento dos recursos materiais (**hardware e software**) de GE;
- IV - analisar e emitir pareceres sobre resultados de missão, pedidos de inteligência (PI) e informes (IN) relativos à GE;
- V - manter atualizado um Banco de Dados (BD) georeferenciado (tipo GIS), a título de cenário permanente, sobre Radares e Sistemas de Comunicação;
- VI - confeccionar cenários de GE a partir de demandas externas ou internas;
- VII - gerenciar, controlar, atualizar e difundir o Plano de Controle de Emissões Eletromagnéticas (PCONEM); e
- VIII - manter banco de dados de emprego de emissões eletromagnéticas de todas as fases da operação, para subsídios futuros ao D-3, D-5 e D-6.

Art. 127. Ao SCCOI compete:

- I - prestar o apoio administrativo às assessorias e divisões do CCOI;
- II - coordenar com o protocolo do COMAE o recebimento e a expedição de documentação oficial;
- III - controlar os documentos em trânsito ou produzidos no CCOI;
- IV - coordenar o apoio a ser prestado quando da realização de eventos a cargo do CCOI, tais como sala de reunião, projetor e computadores, para a realização de palestras e

conferências; e

V - acompanhar a execução dos projetos e processos do CCOI.

Seção XVI

Gabinete - GABAE

Art. 128. Ao GABAE compete:

I - planejar, coordenar e controlar o apoio administrativo, organizacional e de serviços necessários ao funcionamento do COMAE;

II - assessorar o Comandante da Força Aérea Componente/Numerada, quando for o caso, e o Chefe do EMC nos assuntos relativos à administração orçamentária e financeira, apoiando o D-10;

III - em coordenação com D-3 e D-5, participar das etapas de planejamento financeiro das Operações e Exercícios em que o COMAE estiver envolvido;

IV - confeccionar o anexo de Administração Financeira e seus apêndices ao plano operacional e tático, prevendo a forma e os procedimentos para o atendimento das demandas dentro das funções previstas;

V - realizar a programação orçamentária e financeira no âmbito da Força Aérea Componente/Numerada, compatibilizando os recursos recebidos com as despesas previstas; e

VI - com base na programação orçamentária e financeira, propor ao Comandante da Força Aérea Componente/Numerada a distribuição às Unidades sob Controle Operacional (UCONTOP) e Bases Aéreas apoiadoras das UCONTOP os recursos disponíveis.

Art. 129. À SADM compete:

I - planejar as necessidades de aquisições e de contratações para a manutenção das atividades do COMAE, em consonância com os calendários estabelecidos pelos grupamentos de apoio;

II - instruir os processos administrativos de gestão com a documentação da demanda produzida pelos setores do COMAE;

III - coordenar a aquisição de materiais, a contratação de serviços, a compra de passagens, o pagamento de diárias do efetivo e os serviços de copa;

IV - assessorar o D-10, em coordenação com o D-4, o levantamento, ainda que estimado, dos recursos orçamentários decorrentes das Listas de Necessidades das Seções do EMC e demais setores do COMAE, bem como de todos os custos envolvidos na operação;

V - supervisionar o controle dos registros contábeis dos recursos financeiros recebidos e os documentos hábeis dos atos administrativos relativos às despesas realizadas no âmbito da Força Aérea Componente/Numerada;

VI - tomar conhecimento dos Documentos de Oficialização de Requisição (DOR), confeccionados pelo D-10, relativos às operações sob a responsabilidade do COMAE;

VII - manter o controle dos créditos orçamentários da vida vegetativa do COMAE e dos empenhos inscritos em restos a pagar;

VIII - controlar e descentralizar recursos da Operação Brasil, de acordo com as missões acionadas pelo COMAE;

IX - controlar e descentralizar recursos oriundos de Destaques, principalmente os recursos financeiros repassados por órgãos externos ao Comando da Aeronáutica destinados às Operações e Exercícios;

X - controlar os recursos financeiros repassados por órgãos externos ao Comando da Aeronáutica destinados às Operações e Exercícios, em coordenação com o D-3 e o D-5; e

XI - acompanhar a execução orçamentária do COMAE e supervisionar a correta aplicação dos créditos descentralizados para os Exercícios e Operações, em coordenação com o D-3 e o D-5.

Art. 130. À SSP compete:

I - manter atualizado o controle do efetivo do COMAE, especialmente com informações dos militares do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil, que prestam serviço neste Comando, com o apoio do D-1;

II - gerenciar e conferir a retirada de faltas do efetivo sempre que necessário;

III - atuar, quando necessário, em comum acordo, junto com a DIVRH, no trato dos assuntos relativos à área de pessoal;

IV - coordenar as ações do Plano de Avaliação de Oficiais e de Graduados;

V - assessorar nos processos de concessão de medalhas;

VI - gerenciar o efetivo de Cabos e Soldados distribuídos ao COMAE, com vistas ao atendimento das escalas de serviço e de manutenção sob a responsabilidade do GABAE;

VII - gerenciar a aplicação do Teste de Aptidão do Condicionamento Físico (TACF); e

VIII - coordenar a execução da atividade física dos militares do COMAE.

Art. 131. À SIE compete:

I - planejar, coordenar e executar os serviços de suporte em manutenção predial, instalações elétricas, hidráulicas, climatização, transporte de superfície e geradores, com monitoramento constante do sistema de atendimento ao usuário, respeitando as normas e medidas de segurança do COMAER para cada área.

Art. 132. À SSD compete:

I - planejar, coordenar e desenvolver ações com vistas à segurança das instalações do COMAE;

II - efetuar o controle de acesso ao COMAE, providenciando crachás de identificação;

III - coordenar a instrução de tiro anual dos militares do COMAE;

IV - controlar e supervisionar o sistema de monitoramento de segurança das instalações do COMAE;

V - coordenar o processo de confecção do Plano de Contraincêndio do COMAE;

VI - cumprir as diretrizes de Segurança das Instalações previstas pela Subchefia de Segurança e Defesa do COMPREP;

VII - orientar, coordenar e supervisionar os militares que concorrem à Escala de Serviço de segurança do COMAE, realizando instruções e briefings com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço;

VIII - coordenar Instruções para a Brigada de Contraincêndio do COMAE; e

IX - coordenar junto à Assessoria de Segurança de Sistemas Espaciais do COPE os assuntos relativos a plano, processo, normas e ocorrências de segurança das instalações.

Art. 133. À SCCI compete:

I - planejar e coordenar as cerimônias a serem realizadas no âmbito do COMAE;

II - atuar como elo do SISCOMSAE no COMAE, seguindo suas orientações e normas, em coordenação com o D-7;

III - planejar e coordenar as ações de comunicação social de rotina no âmbito do COMAE; e

IV - gerenciar as relações institucionais do COMAE.

Art. 134. À SPDA compete:

- I - conduzir o processo de gestão documental do COMAE;
- II - receber, distribuir e expedir os documentos de trâmite interno e externo ao COMAE;
- III - catalogar e arquivar a documentação física; e
- IV - organizar a manutenção do banco de dados documental do COMAE.

Art. 135. À SREG compete:

- I - gerenciar os processos de gestão patrimonial dos bens móveis permanentes de todos os setores do COMAE, e dos bens imóveis, quando necessário;
- II - receber e expedir a documentação de movimentação interna e externa de materiais do COMAE; e
- III - manter atualizado, via SILOMS, o controle do material carga do COMAE.

Art. 136. À STIC compete:

- I - planejar, implantar, executar, coordenar e realizar os serviços de suporte e projetos de tecnologia da informação nos diversos setores do COMAE, com monitoramento constante do sistema de atendimento ao usuário, em coordenação com a D-6, a fim de que não ocorra sobreposição de atividades no que se refere às redes e ativos administrativos da Organização, mantendo constante monitoramento do Sistema de Atendimento ao Usuário e respeitando as normas de emprego da TI estabelecidas pelo COMAER e pela ATIC;
- II - coordenar as atividades de planejamento, manutenção, suprimento e fiscalização necessárias para garantir a operacionalidade dos equipamentos telefônicos e da estrutura de rede física;
- III - apoiar as demandas operacionais de tecnologia da informação, demandadas pelo CCOI, sempre obedecendo as normas e orientações emanadas pelo COMAER e ATIC;
- IV - interagir tecnicamente com a D-6 e COPE/DIVSOP sobre as demandas de TI daqueles setores, as quais tenham impacto ou se relacionem com as redes internas do COMAE e/ou INTRAER; e
- V - interagir com a ATIC, seguindo as orientações estabelecidas, no que se refere à implantação de projetos, capacitação e aquisição de equipamentos de TI e ações de proteção cibernética.

Art. 137. Ao CPRI compete:

- I - revisar continuamente os processos operacionais e administrativos no âmbito do COMAE, buscando identificar oportunidades de inovação, redução de custos, otimização de recursos e aumento da eficiência;
- II - integrar novas tecnologias e conceitos operacionais nas doutrinas do COMAE, garantindo a adaptação às mudanças no cenário aeroespacial e geopolítico, em consonância com as demandas estratégicas e operacionais;
- III - gerenciar projetos de inovação tecnológica, incluindo o uso de Inteligência Artificial (IA), simulação avançada e análise de risco, para fortalecer a capacidade de resposta rápida e eficiente do COMAE em diversos níveis decisórios;
- IV - identificar e analisar as melhores práticas e lições aprendidas nos conflitos contemporâneos, com o objetivo de promover o constante aperfeiçoamento da doutrina de emprego do poder aeroespacial;
- V - criar e supervisionar subcomitês especializados em áreas críticas, como defesa antiaérea, inteligência, e novas tecnologias, para assegurar foco e profundidade nos projetos e iniciativas de inovação;
- VI - propor e avaliar iniciativas que promovam a sustentabilidade operacional

de longo prazo, buscando o equilíbrio entre eficiência e otimização de recursos humanos e materiais; e

VII - realizar estudos de impacto para a implementação de boas práticas operacionais, assegurando que as inovações sejam integradas de forma segura, eficaz e economicamente viável.

CAPÍTULO IV **ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES**

Seção I **Comando**

Art. 138. Ao Comandante de Operações Aeroespaciais, nos termos da legislação em vigor e consoante as diretrizes do CMTAER, compete:

- I - orientar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades do COMAE;
- II - orientar e supervisionar o funcionamento do SISDABRA, de acordo com as normas e diretrizes operacionais vigentes;
- III - orientar e supervisionar o planejamento e a condução das operações aeroespaciais, de acordo com as diretrizes emanadas pelos escalões superiores;
- IV - assessorar o CMTAER na formulação da Política de Emprego do Poder Aeroespacial;
- V - presidir o Comitê de Tecnologia da Informação do COMAE;
- VI - aprovar a ICA 55-99 - Programa de Atividades Aeroespaciais do COMAE;
- VII - aprovar o Plano Setorial (PLANSET) e o Programa de Trabalho Anual (PTA); e
- VIII - supervisionar o cumprimento das instruções, normas, planos e programas expedidos pelos órgãos centrais dos sistemas do COMAER e do Ministério da Defesa, na sua área de atuação.

Art. 139. Ao Chefe da SCMDO compete:

- I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à SCMDO;
- II - exercer atribuições que lhe forem expressamente delegadas pelo Comandante;
- III - confeccionar e gerenciar a agenda funcional do Comandante; e
- IV - realizar a gerência da documentação da SCMDO.

Art. 140. Ao Chefe da ASCI compete:

- I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à ASCI;
- II - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação;
- III - conferir os processos administrativos de gestão relacionados ao COMAE;
- IV - expedir orientações aos diversos setores e aos Agentes da Administração do COMAE, quando assim se fizer necessário, visando a cumprir determinações legais;
- V - assessorar os fiscais de contratos quanto às atividades de fiscalização dos contratos administrativos em vigência;
- VI - realizar, anualmente, visita de inspeção nos diversos setores da OM; e
- VII - gerenciar todo o trâmite e documentação referente à Prestação de Contas Mensal da OM.

Art. 141. Ao Chefe da SINT compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à SINT e suas subseções;

II - cumprir as determinações estabelecidas no âmbito do SINTAER;

III - integrar o SISBIN como representante do COMAE; e

IV - acompanhar as orientações e atividades da CPADS, em conformidade com as diretrizes do CIAER.

Art. 142. Ao Chefe da ASV compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à ASV;

II - assessorar o Comandante nos assuntos afetos à Segurança de Voo; e

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à Segurança de Voo e Espacial.

Art. 143. Ao Chefe da AJUR compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à AJUR;

II - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados a assuntos jurídicos; e

III - despachar os assuntos jurídicos de interesse do COMAE com a Autoridade Competente.

Art. 144. Ao Chefe da ALN compete:

I - planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência; e

II - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 145. Ao Chefe da ALT compete:

I - planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência; e

II - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 146. Ao Chefe da ATIC compete:

I - planejar e coordenar a implantação dos processos de Governança de TI, no âmbito do COMAE;

II - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação;

III - representar o COMAE como Elo de Coordenação no Sistema de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (STI);

IV - compor o Comitê de Tecnologia da Informação do COMAE;

V - representar o COMAE como Elo no futuro Sistema de Defesa Cibernética da Aeronáutica (SISDCAer); e

VI - assessorar o Comandante do COMAE nos assuntos relativos à TI e Proteção Cibernética.

Seção II

Estado-Maior Conjunto

Art. 147. Ao Chefe do EMC compete:

I - supervisionar os processos organizacionais, operacionais e estratégicos do COMAE;

II - supervisionar a execução dos projetos e atividades do COMAE a cargo do CCOA, do CPOGI, do COPE, do CCOI e das Seções do Estado-Maior;

III - assessorar o Comandante nos processos de tomada de decisão; e

IV - substituir o Comandante do COMAE na ausência deste.

Art. 148. Ao Chefe da SEMC compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à SEMC.

Seção III

1ª Seção - Pessoal (D-1)

Art. 149. Ao Chefe do D-1 compete:

I - planejar, coordenar e controlar o apoio de pessoal e serviços de recursos humanos para operações sob responsabilidade do COMAE;

II - planejar mobilização e repletamento de recursos humanos para operações do COMAE; e

III - preparar e distribuir ordens e planos relacionados à atividade do pessoal.

Seção IV

3ª Seção - Operações (D-3)

Art. 150. Ao Chefe do D-3 compete:

I - planejar, coordenar e integrar ações para operações sob responsabilidade do COMAE em coordenação com o CCOA;

II - conduzir e coordenar o Processo de Planejamento Conjunto (PPC); e

III - coordenar processos de avaliação operacional.

Seção V

4ª Seção - Logística (D-4)

Art. 151. Ao Chefe do D-4 compete:

I - planejar, coordenar e integrar ações logísticas e de mobilização;

II - confeccionar Anexo de Logística e Mobilização; e

III - executar ações logísticas de curto prazo.

Seção VI

5ª Seção - Planejamento (D-5)

Art. 152. Ao Chefe do D-5 compete:

I - planejar, coordenar e integrar o desenho operacional, identificar objetivos e gerenciar riscos;

II - estabelecer Estado Final Desejado Operacional; e

III - propor planejamento de operações futuras para A+1, A+2 e A+3.

Seção VII

6ª Seção - Comando, Controle e Comunicações (D-6)

Art. 153. Ao Chefe do D-6 compete:

- I - planejar, coordenar e controlar atividades relacionadas a C3;
- II - planejar instalação e manutenção de meios de comunicações; e
- III - estruturar e manter sistemas eletrônicos.

Seção VIII

7ª Seção - Comunicação Social (D-7)

Art. 154. Ao Chefe do D-7 compete:

- I - proceder à análise e o planejamento de Comunicação Social;
- II - emitir parecer sobre linhas de ação e apoio à manobra planejada; e
- III - estabelecer procedimentos para atividades de comunicação.

Seção IX

8ª Seção - Operações de Informação (D-8)

Art. 155. Ao Chefe do D-8 compete:

- I - proceder à análise do ambiente informacional e o planejamento afim;
- II - desenvolver, revisar e avaliar planos de Operações de Informação; e
- III - assessorar quanto a aspectos políticos, culturais, religiosos e sociais afetos à operação.

Seção X

9ª Seção - Assuntos Cíveis (D-9)

Art. 156. Ao Chefe do D-9 compete:

- I - proceder à análise dos Assuntos Cíveis;
- II - avaliar implicações de Assuntos Cíveis nas linhas de ação do D-3; e
- III - verificar necessidade e possibilidades de ligações com autoridades cíveis.

Seção XI

10ª Seção - Administração Financeira (D-10)

Art. 157. Ao Chefe do D-10 compete:

- I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem ao D-10;
- II - analisar as demandas que chegam ao EMC que envolvam o gerenciamento dos recursos orçamentários relativos a Operações e Exercícios;
- III - assessorar o Chefe da 3ª Seção – Operações (D-3) nos assuntos de sua competência, no âmbito do EMC;
- IV - orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos subordinados; e
- V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos.

Seção XII
Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais - CPOGI

Art. 158. Ao Chefe do CPOGI compete:

- I - supervisionar os processos organizacionais do COMAE;
- II - supervisionar a execução dos projetos e atividades do CPOGI; e
- III - assessorar o CHEMC nos processos de tomada de decisão.

Art. 159. Ao Vice-Chefe do CPOGI compete:

- I - auxiliar o Chefe do CPOGI na supervisão dos processos organizacionais do COMAE;
- II - coordenar a execução dos projetos e atividades a cargo do CPOGI; e
- III - substituir o Chefe do CPOGI na ausência deste.

Art. 160. Aos Chefes da DIVPI, DIVGI, DIVRH, e DIVLD compete:

- I - assessorar o Chefe do CPOGI nos assuntos de competência da respectiva Divisão; e
- II - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 161. Ao Chefe da SCPOGI compete:

- I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à Secretaria do CPOGI.

Seção XIII
Centro Conjunto de Operações Aéreas - CCOA

Art. 162. Ao Chefe do CCOA compete:

- I - supervisionar os processos de planejamento e de condução de operações aeroespaciais;
- II - supervisionar a execução dos projetos do CCOA;
- III - assessorar o CHEMC nos processos de tomada de decisão;
- IV - orientar supervisionar as atividades desenvolvidas pela DIVPLAN, DIVPROG;e
- V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados ao planejamento e condução das operações.

Art. 163. Ao Vice-Chefe do CCOA compete:

- I - auxiliar o Chefe do CCOA na supervisão dos processos operacionais;
- II - coordenar a execução dos projetos e atividades a cargo das Divisões do CCOA;
- III - orientar e propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação; e
- IV - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 164. Ao ESV compete:

- I - coordenar a atividade de segurança de voo no âmbito do CCOA, em consonância com a ASV;
- II - controlar a estatística dos acidentes e incidentes aeronáuticos e ocorrências de solo, envolvendo aeronaves adjudicadas ao COMAE;

III - realizar ou coordenar vistorias de segurança de voo nos aeródromos de desdobramento das áreas de operação, bem como verificar a existência do Plano de Emergência Aeronáutica em Aeródromo (PEAA) em tais localidades; e

IV - analisar no âmbito do CCOA, os Relatórios de Acidentes e Incidentes Aeronáuticos e de Ocorrências de Solo e apresentar à ASV propostas de ações corretivas a serem adotadas.

Art. 165. À ASCCOA compete:

I - supervisionar e controlar, as instalações das copas, corredores, alojamentos, banheiros e demais ambientes afins do perímetro do prédio do CCOA, bem como o seu material permanente;

Art. 166. Ao Chefe da DIVPLAN compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas células subordinadas;

III - conduzir as Reuniões de Avaliação de Operações Aeroespaciais (RAOA) e de Aprovação da DOA (RADOA)

IV - assessorar o Chefe do CCOA nos assuntos de sua competência; e

V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 167. Ao Chefe da DIVPROG compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas células subordinadas;

III - conduzir a Reunião de Aprovação do PDiOA (RApDiOA);

IV - assessorar o Chefe do CCOA nos assuntos de sua competência; e

V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 168. Ao Chefe da DIVOC compete:

I - planejar, coordenar, e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - assessorar o Chefe do CCOA nos assuntos de sua competência;

III - como representante do elo central do SISDABRA, supervisionar e coordenar as atividades de Defesa Aeroespacial desenvolvidas pelas RDA;

IV - supervisionar a confecção e apresentação dos Briefings Diários de Situação (BDS);

V - orientar e supervisionar todos os serviços operacionais ativados no âmbito da DIVOC;

VI - efetuar, sob demanda, a análise de ações de Defesa Aeroespacial mediante o rejogo do programa DACOM no Sistema de Tratamento e Visualização de Dados da síntese radar;

VII - efetuar a análise operacional de parada radar informada pelo DECEA em coordenação com a D-6;

VIII - aprovar as escalas de serviço das posições operacionais da DIVOC; e

IX - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 169. Ao Chefe da SCCOA compete:
I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à Secretaria do CCOA.

Seção XIV **Centro de Operações Espaciais - COPE**

Art. 170. Ao Chefe do COPE compete:
I - supervisionar os processos técnicos, operacionais e administrativos do COPE;
II - supervisionar a execução dos projetos do COPE;
III - assessorar o CHEMC nos processos de tomada de decisão;
IV - orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Divisões do COPE, pela SCOPE e pelo COPE-S; e
V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 171. Ao Vice-Chefe do COPE compete:
I - auxiliar o Chefe do COPE na supervisão dos processos técnicos, operacionais e administrativos;
II - coordenar a execução dos projetos e atividades desenvolvidos pelas Divisões, ASSE, SCOPE e COPE-S, garantindo que cumpram as orientações emanadas pela ACPC;
III - coordenar com o COMAE e com outras Organizações/Instituições, as ações administrativas, de capacitação de pessoal e de manutenção dos sistemas de solo e de suporte à operação do COPE-P e COPE-S;
IV - substituir o Chefe do COPE na ausência deste; e
V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 172. Ao Chefe da ASSE compete:
I - prover assessoria ao Chefe do COPE nos assuntos afetos à Segurança de Sistemas Espaciais;
II - gerenciar e coordenar o processo de Prevenção de Ocorrências Espaciais, com o objetivo de assegurar a Segurança Operacional Espacial no COPE, por meio de ações específicas;
III - gerenciar e coordenar o processo de Investigação de Ocorrências Espaciais no âmbito do COPE, seguindo os protocolos e objetivos estabelecidos pelo Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes em Atividades Espaciais (SIPAE);
IV - coordenar, em conjunto com a Vice-Chefia do COPE, as ações previstas no Plano de Segurança do COPE;
V - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de sua competência;
VI - avaliar, sob a perspectiva da Segurança Operacional Espacial, as normas e procedimentos relacionados à manutenção e operação da Infraestrutura Aeroespacial do COPE;
VII - capacitar os Oficiais de Segurança de Chaves Criptográficas e coordenar a realização dos procedimentos de carregamento das chaves criptográficas nos sistemas de operação de satélites;
VIII - coordenar a implementação de ações relacionadas aos processos de proteção cibernética no âmbito do COPE, interagindo com a ATIC e compondo a estrutura do

Comitê de Tecnologia da Informação do COMAE;

IX - coordenar a implementação de ações para garantir a segurança das instalações do COPE, atuando como Elo de Segurança Orgânica junto à SSD do COMAE; e

X - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 173. Ao Chefe da ACPC compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de sua competência; e

II - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 174. Ao Chefe da DIVCTR compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de sua competência;

II - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

III - apoiar a ASSE nas investigações de ocorrências relacionadas à operação dos sistemas espaciais do COPE, em coordenação com a ASV.

Art. 175. Ao Chefe da DIVEMP compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de sua competência;

II - coordenar, previamente, com a Vice-Chefia do COPE a execução de atividades de emprego operacional de sistemas espaciais a cargo do COPE;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação;

IV - administrar o Catálogo de Imagens do COMAE, mantendo a atualização e a organização das imagens; e

V - gerar os arquivos vetoriais dos pedidos de imagens solicitados pela DIVCO, caso os clientes não tenham enviado os referidos arquivos.

Art. 176. Ao Chefe da DIVSESP compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de sua competência;

II - coordenar, previamente, com a Vice-Chefia do COPE, a execução de atividades relacionadas com especificações técnicas, projetos técnicos, implantação de sistemas e operacionalização de programas e projetos do PESE a cargo do COPE; e

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 177. Ao Chefe da DIVIC compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades ligadas à operação e manutenção da infraestrutura crítica do COPE;

II - apoiar a ASSE nas investigações de ocorrências relacionadas à operação da infraestrutura crítica que impactem os sistemas espaciais do COPE;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

IV - assessorar a chefia do COPE, bem como as demais divisões, quanto ao planejamento da infraestrutura relacionada com os sistemas satelitais do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE).

Art 178. Ao Chefe da DIVSOP compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de sua competência;

II - coordenar, quando necessário, com a DIVCTR, as atividades de Engenharia de suporte à operação de sistemas espaciais;

III - apoiar a ASSE nas investigações de ocorrências relacionadas à operação dos sistemas espaciais do COPE;

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

V - interagir com a ATIC, no que diz respeito aos projetos de TI afetos à estrutura operacional do COPE, representando esse Centro no Comitê de Tecnologia da Informação do COMAE.

Art 179. Ao Chefe da SCOPE compete:

I - Planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à Secretaria do COPE.

Art 180. Ao Chefe do COPE-S compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de sua competência, em coordenação com as Divisões do COPE;

II - supervisionar, conforme diretrizes do Chefe do COPE, as atividades das Seções sob sua responsabilidade;

III - apoiar a ASSE nas investigações de ocorrências relacionadas à operação dos sistemas espaciais conduzidos pelo COPE-S;

IV - realizar as coordenações necessárias junto à Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro (ERM RJ), conforme orientações do COPE; e

V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Seção XV

Centro Conjunto Operacional de Inteligência - CCOI

Art. 181. Ao Chefe do CCOI compete:

I - supervisionar os processos de planejamento, coordenação e controle das atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - supervisionar os processos de planejamento e coordenação de operações sigilosas, e fornecimento de Produtos de Inteligência a órgãos externos ao COMAE;

III - assessorar o Comandante do COMAE, o CHEMC, o Chefe do CCOA em assuntos relacionados com sua área de atuação;

IV - orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos diversos setores do CCOI; e

V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 182. Ao Vice-Chefe do CCOI compete:

I - auxiliar o Chefe do CCOI na supervisão dos processos de Inteligência no nível Operacional;

II - coordenar a execução dos projetos e atividades a cargo dos diversos setores do CCOI;

III - substituir eventualmente o Chefe do CCOI;

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e

procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação; e

V - planejar, coordenar e executar o plano de capacitação do CCOI, em coordenação com o CPOGI.

Art. 183. Ao Chefe da ACINTEL compete:

I - auxiliar o Chefe do CCOI com relação à proteção do conhecimento sobre nossa ordem de batalha, situação de material, pessoal, planos, vulnerabilidades e possibilidades, contra uma força inimiga, real ou potencial; e

II - propor medidas para impedir ou reduzir os efeitos das atividades de espionagem, sabotagem, desinformação, propaganda e terrorismo contra as nossas Forças.

Art. 184. Aos Chefes das Divisões do CCOI compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - planejar e coordenar a execução de operações sigilosas, junto a outras agências governamentais;

III - orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Seções/Células subordinadas; e

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 185. Ao Chefe da SCCOI compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades que competem à Secretaria do CCOI.

Seção XVI **Gabinete - GABAE**

Art. 186. Ao Chefe do GABAE compete:

I - supervisionar os processos administrativos do COMAE;

II - supervisionar a execução dos projetos do GABAE;

III - orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos setores subordinados;

IV - apoiar o D-3 na elaboração e atualização do PLANDABRA, do Plano Brasil e de planos operacionais, em conjunto com a Administração Financeira (D-10); e

V - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 187. Ao Chefe da SADM compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de sua competência;

II - assessorar o Chefe do GABAE nos assuntos de competência da SADM; e

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 188. Ao Chefe da SSP compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - assessorar o Chefe do GABAE nos assuntos de competência da SSP; e

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 189. Ao Chefe da SIE compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - assessorar o Chefe do GABAE nos assuntos de competência da SIE; e

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 190. Ao Chefe da SSD compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - assessorar o Chefe do GABAE nos assuntos de competência da SSD; e

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 191. Ao Chefe da SCCI compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - assessorar o Chefe do GABAE nos assuntos de competência da SCCI;

III - assessorar o Comandante nos assuntos relacionados com a Política de Comunicação Social da Aeronáutica, regulando, estimulando e orientando ações que favoreçam a projeção e a preservação da imagem institucional; e

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 192. Ao Chefe da SPDA compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - assessorar o Chefe do GABAE nos assuntos de competência da SPDA; e

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 193. Ao Chefe da SREG compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de gestão patrimonial do material carga dos setores do COMAE;

II - assessorar o Chefe do GABAE nos assuntos de competência da SREG; e

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Art. 194. Ao Chefe da STIC compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas aos processos de sua competência;

II - assessorar o Chefe do GABAE nos assuntos de competência da STIC;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento de processos, normas, técnicas e procedimentos dos assuntos relacionados à sua área de atuação;

IV - gerenciar os processos e projetos de TI, sob sua responsabilidade, monitorando o Sistema de Atendimento ao Usuário;

V - gerenciar os Recursos Humanos do seu efetivo; e

VI - interagir com a ATIC, no que diz respeito aos projetos de TI sob sua competência, compondo o Comitê de Tecnologia da Informação do COMAE.

Art. 195. Ao Coordenador do CPRI compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades e processos do CPRI, garantindo a execução eficaz das iniciativas de inovação e reavaliação no âmbito do COMAE;

II - orientar e supervisionar a atuação dos subcomitês e dos membros permanentes e temporários, assegurando a correta implementação das diretrizes estabelecidas pelo comitê;

III - assessorar o CHEMC nos temas relacionados à reavaliação de processos e inovações tecnológicas, propondo melhorias e inovações estratégicas para otimizar a eficiência;

IV - propor medidas para o aperfeiçoamento contínuo das metodologias, técnicas e procedimentos utilizados nas operações e projetos sob responsabilidade do CPRI;

VI - garantir a integração das novas tecnologias e processos operacionais aos sistemas já existentes, com base nas melhores práticas e lições aprendidas dos conflitos contemporâneos, promovendo o constante aperfeiçoamento da doutrina de emprego do poder aeroespacial; e

V - monitorar o progresso das iniciativas e projetos do CPRI, promovendo ajustes e correções quando necessário, com base em análises de impacto e viabilidade.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Comando

Art. 196. O provimento dos cargos e funções do Comando observará as seguintes diretrizes:

I - o Comandante de Operações Aeroespaciais é Tenente-Brigadeiro do Ar do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa, não incluído em categoria especial;

II - o Chefe da SCMDO é Major ou Capitão do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou de Infantaria da Aeronáutica;

III - o Encarregado da SCMDO é Suboficial, ou Sargento da ativa, da reserva, preferencialmente da especialidade Administração;

IV - os Auxiliares da SCMDO são, Cabos ou Soldados, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos (SAD);

V - o Chefe da ASCI é Coronel, Tenente-Coronel ou Major do Quadro de Oficiais Intendentes;

VI - o Encarregado da ASCI é Suboficial, Subtenente ou Sargento da ativa, da reserva ou do quadro temporário, preferencialmente da especialidade Administração;

VII - chefe da SINT é Oficial Superior de Infantaria da Aeronáutica, da ativa ou da reserva, com experiência e capacitação na Área de Inteligência previamente aprovado em consulta ao CIAER;

VIII - o Adjunto da SINT é Oficial Intermediário ou Subalterno da Aeronáutica, de qualquer especialidade, com experiência e capacitação na Área de Inteligência;

IX - os Auxiliares da SINT são Suboficiais ou Sargentos do Corpo de Graduados da Aeronáutica, da ativa ou da reserva, obrigatoriamente com experiência e capacitação na área de Inteligência;

X - o Chefe da ASV é Coronel, Tenente-Coronel ou Major do Quadro de Oficiais Aviadores, com certificação SIPAER emitida pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA);

XI - o Adjunto da ASV é Major ou Capitão do Quadro de Oficiais Aviadores, com certificação SIPAER emitida pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA);

XII - o Chefe da AJUR é um Oficial Superior/Intermediário da Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da especialidade Serviços Jurídicos;

XIII - os Chefes da SAJ e SIJ são Tenentes, do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica ou do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica, da especialidade Serviços Jurídicos (SJU);

XIV - os Auxiliares da SAJ e SIJ são Suboficial, Subtenente ou Sargento, da ativa, da reserva ou do quadro temporário, preferencialmente da especialidade Administração;

XV - o Chefe e Adjunto da CDO são Capitães ou Tenentes do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, da especialidade Serviços Jurídicos (SJU);

XVI - o Chefe da ALN é Oficial da Marinha do Brasil que exerce a função de assessor, preferencialmente com habilitação na área de Aviação ou na área de Artilharia Antiaérea;

XVII - o Chefe da ALT é Oficial do Exército Brasileiro que exerce a função de assessor, preferencialmente com habilitação na área de Aviação ou na área de Artilharia Antiaérea;

XVIII - o Chefe da ATIC é Coronel ou Tenente Coronel, da ativa ou da reserva, preferencialmente dos quadros de Oficiais Engenheiros (nas especialidades de Computação, Eletrônica ou Telecomunicações), Oficiais Especialistas (na especialidade de Comunicações) ou de Oficiais Aviadores, Intendentes ou de Infantaria (com especializações em áreas afetas à Tecnologia da Informação ou Gestão de Projetos);

XIX - os Chefes e Adjuntos das seções da ATIC são Capitães ou Tenentes, da ativa ou da reserva, preferencialmente dos quadros de Oficiais Engenheiros, Oficiais Especialistas, Oficiais de Apoio ou Oficiais Convocados (nas especialidades de Computação, Eletrônica ou Telecomunicações);

XX - os Encarregados e Auxiliares das seções da ATIC são Suboficiais ou Sargentos, da ativa ou da reserva, preferencialmente das especialidades de Eletrônica, Informática ou Comunicações.

Seção II

Estado-Maior Conjunto

Art. 197. O provimento dos cargos e funções do EMC observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do Estado-Maior Conjunto é Major-Brigadeiro do Ar do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica, da ativa, não incluído em categoria especial;

II - o Chefe da SEMC é Major, Capitão ou Tenente, preferencialmente do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Serviços Administrativos, ou do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou de Infantaria, da ativa ou da reserva;

III - o Encarregado da SEMC é Suboficial, Subtenente ou Sargento, da ativa, da reserva ou do quadro temporário, preferencialmente da especialidade Administração; e

IV - os Auxiliares da SEMC são Sargentos, da ativa, da reserva ou do quadro temporário, Cabos ou Soldados, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos (SAD).

Seção III

1ª Seção - Pessoal (D-1)

Art. 198. O provimento dos cargos e funções do D-1 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-1 é Coronel ou Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou Infantes da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

II - o Adjunto do D-1 é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou Infantes da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

III - o Chefe da SSCRH é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou Infantes da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

IV - o Encarregado da SSCRH é Suboficial ou Sargento da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos ou graduado de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

V - os Auxiliares da SSCRH são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos ou graduado de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VI - o Chefe da SSPES é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou Infantes da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VII - o Encarregado da SSPES é Suboficial ou Sargento da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos ou graduado de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro; e

VIII - os Auxiliares da SSPES são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos ou graduado de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro.

Seção IV

3ª Seção - Operações (D-3)

Art. 199. O provimento dos cargos e funções do D3 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-3 é Coronel, do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa, sendo o oficial superior mais antigo do Estado-Maior Conjunto;

II - o Adjunto do D-3 é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa ou da reserva;

III - o OLN é Oficial Superior da Marinha do Brasil, preferencialmente com habilitação na área de Aviação;

IV - o OLT é Oficial Superior do Exército Brasileiro, preferencialmente com habilitação na área de Aviação ou na área de Artilharia Antiaérea;

V - o Chefe da SSCEX é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa ou da reserva;

VI - o Encarregado da SSCEX é Suboficial ou Sargento da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade;

VII - os Auxiliares da SSCEX são Suboficiais ou Sargentos, da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade;

VIII - o Chefe da SSGC é Tenente-Coronel ou Major, dos quadros de Oficiais Engenheiros nas especialidades de Computação, Eletrônica ou Telecomunicações, da ativa ou da reserva;

IX - o Encarregado da SSGC é Suboficial ou Sargento da ativa ou da reserva, da especialidade de serviços de informática; e

X - os Auxiliares da SSGC são Suboficiais ou Sargentos, da ativa ou da reserva, da especialidade de serviços de informática.

XI - o Chefe da SSLAP é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa ou da reserva;

XII - o Encarregado da SSLAP é Suboficial ou Sargento da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade; e

XIII - os Auxiliares da SSLAP são Suboficiais ou Sargentos, da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade.

Seção V

4ª Seção - Logística (D-4)

Art. 200. O provimento dos cargos e funções do D4 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-4 é Coronel ou Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais Especialistas em Aeronaves, Especialistas em Suprimento ou Aviadores da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

II - o Adjunto do D-4 é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Especialistas em Aeronaves ou Especialistas em Suprimento da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

III - o Chefe da SSCOL é Major ou Capitão, do Quadro de Oficiais Especialistas em Aeronaves, Especialistas em Suprimento ou Aviadores da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

IV - o Encarregado da SSCOL é Suboficial ou Sargento da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Básico em Manutenção de Aeronaves, Básico em Suprimento ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

V - os Auxiliares da SSCOL são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Básico em Manutenção de Aeronaves, Básico em Suprimento ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VI - o Chefe da SSCDM é Major ou Capitão, do Quadro de Oficiais Especialistas em Aeronaves, Especialistas em Suprimento ou Aviadores da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VII - o Encarregado da SSCDM é Suboficial ou Sargento da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Básico em Manutenção de Aeronaves, Básico em Suprimento ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VIII - os Auxiliares da SSCDM são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Básico em Manutenção de Aeronaves, Básico em Suprimento ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro.

Seção VI

5ª Seção - Planejamento (D-5)

Art. 201. O provimento dos cargos e funções do D5 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-5 é Coronel ou Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa ou da reserva;

II - o Adjunto do D-5, bem como de suas subseções, é Oficial Superior dos

Quadros de carreira, da ativa ou da reserva;

III - o Chefe da SSPLA é Oficial Superior dos Quadros de carreira, da ativa ou da reserva;

IV - o Encarregado da SSPLA é Suboficial ou Sargento da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade;

VI - os Auxiliares da SSPLA são Suboficiais ou Sargentos, da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade;

VII - o Chefe da SSAOP é Oficial Superior dos Quadros de carreira, da ativa ou da reserva;

VIII - o Encarregado da SSAOP é Suboficial ou Sargento da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade; e

IX - os Auxiliares da SSAOP são Suboficiais ou Sargentos, da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade.

Seção VII

6ª Seção - Comando, Controle e Comunicações (D-6)

Art. 202. O provimento dos cargos e funções do D6 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-6 é Coronel ou Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes, Infantes, Especialistas em Comunicações ou do Quadro de Oficiais Engenheiros das Especialidades de Engenharia da Computação ou Comunicações, da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

II - o Adjunto do D-6 é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes, Infantes, Especialistas em Comunicações ou do Quadro de Oficiais Engenheiros das Especialidades de Engenharia da Computação ou Comunicações, da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

III - o Chefe da SSPCC é Capitão ou Tenente, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes, Infantes, Especialistas em Comunicações ou do Quadro de Oficiais Engenheiros das Especialidades de Engenharia da Computação ou Comunicações, da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

IV - o Encarregado da SSPCC é Suboficial ou Sargento da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços de Informática ou Comunicações ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

V - os Auxiliares da SSPCC são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços de Informática ou Comunicações ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VI - o Chefe da SSENL é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes, Infantes, Especialistas em Comunicações ou do Quadro de Oficiais Engenheiros das Especialidades de Engenharia da Computação, Comunicações ou Eletrônica, da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VII - o Encarregado da SSENL é Suboficial ou Sargento da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços de Informática, Comunicações ou Eletrônica ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro; e

VIII - os Auxiliares da SSENL são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços de Informática, Comunicações

ou Eletrônica ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro.

Seção VIII

7ª Seção - Comunicação Social (D-7)

Art. 203. O provimento dos cargos e funções do D7 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-7 é Coronel ou Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou Infantes da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

II - o Adjunto do D-7 é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou Infantes da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

III - o Chefe da SSRP é Tenente, do Quadro de Oficiais Convocados, da especialidade de Relações Públicas;

IV - o Encarregado da SSRP é Suboficial ou Sargento da ativa, da reserva ou temporário, de qualquer especialidade ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

V - os Auxiliares da SSRP são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, de qualquer especialidade ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VI - o Chefe da SSCC é Tenente, do Quadro de Oficiais Convocados, da especialidade de Comunicação Social;

VII - o Encarregado da SSCC é Suboficial ou Sargento da ativa, da reserva ou temporário, de qualquer especialidade ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro; e

VIII - Os Auxiliares da SSCC são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, de qualquer especialidade ou Graduado correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro.

Seção IX

8ª Seção - Operações de Informação (D-8)

Art. 204. O provimento dos cargos e funções do D8 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-8 é Coronel ou Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais de Infantaria, da ativa ou da reserva;

II - o Adjunto do D-8 é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais de Infantaria, da ativa ou da reserva;

III - o Chefe da SSPC é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais de Infantaria, da ativa ou da reserva;

IV - o Encarregado da SSPC é Suboficial ou Sargento da ativa ou da reserva, de Serviços de Guarda e Segurança; e

V - os Auxiliares da SSPC são Suboficiais ou Sargentos, da ativa ou da reserva, de Serviços de Guarda e Segurança.

Seção X
9ª Seção - Assuntos Cíveis (D-9)

Art. 205. O provimento dos cargos e funções do D9 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-9 é Coronel ou Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais Aviadores ou de Infantaria, da ativa ou da reserva;

II - o Adjunto do D-9 é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores ou de Infantaria, da ativa ou da reserva;

III - o Chefe da SSPCE é Tenente-Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais Aviadores ou de Infantaria, da ativa ou da reserva;

IV - o Encarregado da SSPCE é Suboficial ou Sargento da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade; e

VI - os Auxiliares da SSPCE são Suboficiais ou Sargentos, da ativa ou da reserva, de qualquer especialidade.

Seção XI
10ª Seção - Administração Financeira (D-10)

Art. 206. O provimento dos cargos e funções do D10 observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do D-10 é Coronel ou Tenente-Coronel, do Quadro de Oficiais de Intendência, da ativa ou da reserva; e

II - o Adjunto do D-10 é Tenente- Coronel ou Major, do Quadro de Oficiais de Intendência, da ativa ou da reserva.

Seção XII
Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais - CPOGI

Art. 207. O provimento dos cargos e funções do CPOGI observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do CPOGI é Brigadeiro do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, não incluído em categoria especial, Contra-Almirante ou General de Brigada;

II - o Vice-Chefe do CPOGI é Coronel, do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa ou da reserva;

III - o Chefe da DIVPI é Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa;

IV - o Chefe da SPI é Tenente-Coronel ou Major do Quadro de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, da ativa ou da reserva;

V - o Adjunto da SPI é Primeiro-Tenente do Quadro de oficiais Convocados da Aeronáutica, da especialidade de administração;

VI - o Encarregado da SPI é Graduado do Quadro de Sargentos Convocados, da especialidade de administração, da ativa ou da reserva;

VII - o Auxiliar da SPI é Cabo do Quadro de Cabos ou Soldado de Primeira Classe do Quadro de Soldados da Aeronáutica;

VIII - o Chefe da DIVGI é Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores ou Intendentes da Aeronáutica, da ativa ou da reserva ou Oficial de posto e quadro

correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro, da ativa ou da reserva;

IX - os Chefes da SCOR e da SGOV da DIVGI, são Oficiais Superiores da Força Aérea, ou Oficial de posto correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro, preferencialmente com Curso de Comando e Estado-Maior;

X - o Chefe da SGOR, da DIVGI, é Major ou Capitão da Força Aérea, preferencialmente do Quadro de Oficiais Intendentes e com Curso de Comando e Estado-Maior;

XI - os Adjuntos da SGOR, da SCOR e da SGOV são Capitães ou Tenentes, preferencialmente do Quadro de Oficiais Intendentes, do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica, das especialidades de Administração ou Contabilidade, da ativa, do Quadro de Oficiais Temporários, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XII - os Encarregados das seções da DIVGI são Graduados da ativa ou do Quadro de Sargentos Convocados, preferencialmente das especialidades de administração ou contabilidade;

XIII - o Chefe da DIVRH é Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, de Intendência ou de Infantaria ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro, da ativa ou da reserva;

XIV - o Chefe da SGRH é Tenente-Coronel, Major ou Capitão da Força Aérea, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou de Infantaria, Capitão ou Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas (SVA) ou Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica, da especialidade de Administração (ADM) ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro, com competências na área de Gestão de Recursos Humanos;

XV - o Chefe da SCAP é Major ou Capitão da Força Aérea, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou de Infantaria, Capitão ou Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas (SVA) ou Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica, da especialidade de Pedagogia (PED) ou Administração (ADM), Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro, com competências na área de Gestão da Capacitação;

XVI - o Adjunto da SGRH é Capitão ou Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas (SVA) ou Tenente do Quadro de Oficiais Temporários da especialidade de Administração (ADM) ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro, com competências na área de Gestão de Recursos Humanos;

XVII - o Adjunto da SCAP é Tenente do Quadro de Oficiais Temporários da especialidade de Pedagogia (PED) ou Administração (ADM), Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro, com competências na área de Gestão de Capacitação;

XVIII - os Encarregados e Auxiliares da SGRH e SCAP são Graduados da ativa ou do Quadro de Sargentos Convocados;

XIX - o Chefe da DIVLD é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores;

XX - o Chefe da Seção de Legislação é Tenente-Coronel ou Major da Força Aérea, do Quadro de Oficiais Aviadores, preferencialmente com Curso de Comando e Estado-Maior e experiência em operações conjuntas;

XXI - o Chefe da Seção de Doutrina é Tenente-Coronel ou Major da Força Aérea, do Quadro de Oficiais Aviadores, preferencialmente com Curso de Comando e Estado-Maior e experiência em operações conjuntas;

XXII - os Encarregados das Seções da DIVLD são Suboficiais ou Sargentos de carreira, da ativa ou da reserva;

XXIII - o Chefe da SCPOGI é Oficial Intermediário ou Subalterno da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Aeronáutica;

XXIV - o Encarregado da SCPOGI é Suboficial, Subtenente ou Sargento da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Aeronáutica, da ativa, da reserva ou do quadro temporário, preferencialmente da especialidade Administração; e

XXV - os Auxiliares da SCPOGI, e das seções da DIVGI, DIVRH e DIVLD são Suboficiais, Subtenentes ou Sargentos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Aeronáutica, da ativa, da reserva ou do quadro temporário.

Seção XIII

Centro Conjunto de Operações Aéreas - CCOA

Art. 208. O provimento dos cargos e funções do CCOA observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do CCOA é Brigadeiro do Ar, da ativa, não incluído em categoria especial;

II - o Vice-Chefe do CCOA é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa;

III - o ESV é Major ou Capitão do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa, com certificação SIPAER emitida pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA);

IV - o Chefe da DIVPLAN é Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

V - os Chefes das Células da DIVPLAN são Tenentes-Coronéis, Majores ou Capitães da Força Aérea Brasileira do Quadro de Oficiais Aviadores, ou Oficial de posto correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro, todos da ativa, preferencialmente com capacitação relacionada com Operações Aeroespaciais (Defesa Aérea, Defesa Antiaérea, Patrulha Marítima, Busca e Salvamento, Reconhecimento Aéreo com aeronaves convencionais ou remotamente pilotadas, Transporte Aéreo Logístico), preferencialmente com experiência em Operações Conjuntas e com Curso de Comando e Estado-Maior. Ainda, Oficiais Subalternos do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica, do Quadro de Oficiais de Apoio (QOAP) ou do Quadro de Oficiais Convocados da Aeronáutica, das especialidades de Ciências Contábeis e de Serviços Jurídicos;

VI - os Adjuntos das células da DIVPLAN são Suboficiais, Subtenentes ou Sargentos, da ativa ou da reserva, especialistas em Controle de Tráfego Aéreo, Manutenção de Aeronaves, Guarda e Segurança, Comunicações, Defesa Antiaérea e Serviços Administrativos;

VII - os Auxiliares das células da DIVPLAN são Suboficiais, Subtenentes ou Sargentos, da ativa ou da reserva, especialistas em Controle de Tráfego Aéreo, Manutenção de Aeronaves, Guarda e Segurança, Comunicações, Defesa Antiaérea e Serviços Administrativos;

VIII - o Chefe da DIVPROG é Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores da Aeronáutica;

IX - o Chefe da Célula de Coordenação de Operações da DIVPROG é Tenente-Coronel, Major ou Capitão, do Quadro de Oficiais Aviadores, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

X - o Chefe da Célula de Ordens Operacionais da DIVPROG é Tenente-Coronel, Major ou Capitão, do Quadro de Oficiais Aviadores, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XI - os Adjuntos das Células da DIVPROG são Tenentes-Coronéis, Majores ou Capitães, do Quadro de Oficiais Aviadores ou de Infantaria, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XII - os Auxiliares das Células da DIVPROG são Suboficiais e Sargentos do Quadro de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, preferencialmente da especialidade Básico em Comunicações (BCO);

XIII - o Chefe da DIVOC é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, preferencialmente da ativa, com o Curso de Chefe Controlador de Operações Aéreas Militares;

XIV - o Chefe da Seção de Operações Correntes da DIVOC é Tenente-Coronel, Major ou Capitão, da ativa ou da reserva, do Quadro de Oficiais Aviadores ou do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo, preferencialmente com Curso de Chefe Controlador de Operações Aéreas Militares;

XV - o Chefe da Seção de Apoio Operacional da DIVOC é Tenente-Coronel, Major ou Capitão, da ativa ou da reserva, do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes, Infantaria ou do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo;

XVI - os Adjuntos das Seções da DIVOC são Tenentes-Coronéis, Majores ou Capitães, da ativa ou da reserva, do Quadro de Oficiais Aviadores, de Infantaria ou do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo, preferencialmente com Curso de Chefe Controlador de Operações Aéreas Militares;

XVII - os Auxiliares das Seções da DIVOC são Suboficiais e Sargentos do Quadro de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, da ativa ou da reserva, preferencialmente da especialidade Básico em Controle de Tráfego Aéreo (BCT) ou Básico em Comunicações (BCO) ou Sargentos do Quadro de Sargentos Convocados da Aeronáutica, preferencialmente da especialidade Administração (TAD);

XVIII - o Chefe da SCCOA é Capitão ou Tenente, preferencialmente do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Serviços Administrativos, da ativa ou da reserva;

XIX - o Encarregado da SCCOA é Suboficial, Subtenente ou Sargento, da ativa, da reserva ou do quadro temporário, preferencialmente da especialidade de Administração;

XX - os Auxiliares da SCCOA são Sargentos, da ativa, da reserva ou do quadro temporário, Cabos ou Soldados, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos (SAD).

Seção XIV **Centro de Operações Espaciais - COPE**

Art. 209. O provimento dos cargos e funções do COPE observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do COPE é Brigadeiro do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa, não incluído em categoria especial;

II - o Vice-Chefe do COPE é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores ou Engenheiros da Aeronáutica, , preferencialmente com graduação em engenharia ou pós-graduação strictu sensu na área espacial;

III - o Chefe da ASSE é Coronel, Tenente-Coronel ou Major, preferencialmente com especialização na área de segurança espacial, segurança de voo ou segurança cibernética, ou Oficial de posto, quadro e formação correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

IV - os Adjuntos da ASSE são Majores, Capitães ou Tenentes, preferencialmente com especialização na área de segurança espacial, segurança de voo ou segurança cibernética

ou Oficial de posto, quadro e formação correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

V - o Chefe da ACPC é Coronel, Tenente-Coronel, Major ou Capitão da Aeronáutica, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VI - os Adjuntos da ACPC são Majores, Capitães ou Tenentes da Aeronáutica, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VII - o Chefe da DIVCTR é Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores ou Engenheiros da Aeronáutica, preferencialmente com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de Ciência da Computação, Astronomia, Engenharia Mecânica, Elétrica, Eletrônica ou Aeroespacial, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VIII - os Chefes e Adjuntos das Seções da DIVCTR são Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães ou Tenentes, preferencialmente do Quadro de Oficiais Aviadores ou Engenheiros da Aeronáutica, com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de ciência da Computação, Astronomia, Física, Matemática, Engenharia Mecânica, Elétrica, Eletrônica ou Aeroespacial, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

IX - o Chefe da DIVEMP é Coronel ou Tenente-Coronel, preferencialmente do Quadro de Oficiais Aviadores ou Engenheiros da Aeronáutica, preferencialmente com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de Engenharia Cartográfica, Telecomunicações, Elétrica, Eletrônica ou Sensoriamento Remoto, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

X - os Chefes e Adjuntos das Seções da DIVEMP são Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães ou Tenentes, preferencialmente com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de Engenharia de Computação, Cartográfica, Telecomunicações, Elétrica, Eletrônica ou Sensoriamento Remoto, ou Oficial de posto correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XI - o Chefe da DIVESP é Coronel ou Tenente-Coronel, preferencialmente do Quadro de Oficiais Aviadores ou Engenheiros da Aeronáutica, preferencialmente com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de Engenharia Elétrica, Eletrônica, de Computação, Telecomunicações, Mecânica ou Aeroespacial, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XII - os Chefes e Adjuntos das Seções da DIVESP são Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães ou Tenentes, com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de Engenharia Elétrica, Eletrônica, de Computação, Telecomunicações, Mecânica ou Aeroespacial, ou Oficial de posto correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XIII - o Chefe da DIVSOP é Coronel ou Tenente-Coronel, preferencialmente do Quadro de Oficiais Aviadores ou Engenheiros, com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de Engenharia Eletrônica, Telecomunicações, Comunicações ou Computação, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XIV - os Chefes e Adjuntos das Seções da DIVSOP são Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães ou Tenentes, da ativa, com graduação ou pós-graduação Strictu Sensu nas áreas de Engenharia Eletrônica, Telecomunicações, Comunicações ou Computação, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XV - o Chefe da DIVIC é Coronel, Tenente-Coronel ou Major, preferencialmente do Quadro de Oficiais Engenheiros, preferencialmente com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de Engenharia Elétrica, Eletrônica, Mecânica, Civil ou Infraestrutura,

Telecomunicações, Comunicações ou Computação, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XVI - os Chefes e Adjuntos das Seções da DIVIC são Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães ou Tenentes, , preferencialmente do Quadro de Oficiais Engenheiros (QOEng) ou Tenentes do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCon) preferencialmente com graduação ou pós-graduação strictu sensu nas áreas de Engenharia Elétrica, Eletrônica, Mecânica, Construção Civil ou Infraestrutura, Telecomunicações, Comunicações ou Computação, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XVII - o Chefe do COPE-S é Oficial Superior, do Quadro de Oficiais da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Aeronáutica, preferencialmente com capacitação nas áreas de Tecnologia;

XVIII - o Vice-Chefe do COPE-S é Major ou Capitão, preferencialmente do Quadro de Oficiais da Aeronáutica, da ativa;

XIX - os Chefes de Seção e Adjuntos do COPE-S são Capitães ou Tenentes, preferencialmente do quadro de oficiais engenheiros especialistas em Computação, Eletrônica, Telecomunicações, Civil ou Infraestrutura, Comunicações ou Elétrica, ou Oficial de posto correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro; a especialidade do Chefe deve ser compatível com as atribuições da sua Seção;

XX - os Encarregados e Auxiliares da, DIVCTR, da DIVEMP, da DIVSESP, da DIVSOP, da DIVIC e do COPE-S são Suboficiais ou Sargentos, preferencialmente especialistas em Comunicações, Informática, Elétrica, Eletrônica, Eletromecânica, Obras, Controle de Tráfego Aéreo ou Telecomunicações, Cartografia, Topografia, Fotografia, ou Suboficiais ou Sargentos de posto ou quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XXI - o Chefe da SCOPE é Capitão ou Tenente, preferencialmente do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Serviços Administrativos;

XXII - os Encarregados da SCOPE e da ACPC são Suboficiais, Subtenentes ou Sargentos, , preferencialmente da especialidade Administração;

XXIII - o Encarregado da ASSE é Suboficial ou Sargento, preferencialmente SAD, SGS ou SINP, ou de posto ou quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

XXIV - os Auxiliares da ASSE são Suboficiais, Sargentos, Cabos ou Soldados, preferencialmente SAD, SGS ou SINP;

XXV - os Auxiliares da SCOPE são Sargentos, da ativa ou da reserva ou do quadro temporário, Cabos ou Soldados, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos (SAD); e

XXVI - os Auxiliares da ACPC são Suboficiais ou Sargentos da Aeronáutica, preferencialmente da especialidade de Administração, ou de posto ou quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro

Seção XV

Centro Conjunto Operacional de Inteligência - CCOI

Art. 210. O provimento dos cargos e funções do CCOI observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do CCOI é Brigadeiro do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa, não incluído em categoria especial, Contra-Almirante ou General de Brigada;

II - o Vice-Chefe do CCOI é Coronel do Corpo de Oficiais da Aeronáutica do Quadro de Oficiais Aviadores, de Oficiais Especialistas em Fotografia, em Comunicações ou em

Armamento, da Ativa;

III - os Chefes das divisões do CCOI são Coronéis ou Tenentes-Coronéis do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa ou da reserva, obrigatoriamente com capacitação na área de Inteligência, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

IV - o Chefe da ACINTEL é Coronel ou Tenente-Coronel do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa ou da reserva, obrigatoriamente com capacitação na área de Inteligência, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

V - o Adjunto da ACINTEL é Major ou Capitão ou Tenente do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa ou da reserva, obrigatoriamente com capacitação na área de Inteligência, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VI - o Encarregado e os Auxiliares da ACINTEL são Suboficiais ou Sargentos, do Corpo de Graduados da Aeronáutica, da ativa, da reserva ou do quadro temporário, preferencialmente com capacitação na área de Contrainteligência ou Praça de graduação e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VII - os Adjuntos das seções das divisões do CCOI são Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães ou Tenentes, do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da ativa ou da reserva, do Quadro de Oficiais Aviadores, do Quadro de Oficiais Engenheiros ou do Quadro de Oficiais Especialistas em Fotografia, Tráfego Aéreo, Comunicações ou Armamento, com especialização em Análise de Sistemas, Inteligência, Guerra Eletrônica, Análise Operacional, Geoprocessamento ou Eletrônica, ou Oficial de posto e quadro correspondente da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro;

VIII - o Encarregado e os Auxiliares das Divisões do CCOI são Suboficiais, Subtenentes ou Sargentos, da ativa, da reserva ou do quadro temporário, preferencialmente das seguintes especialidades: Fotointeligência (BFT), Comunicações (BCO), Eletrônica (BET), Armamento (BMB), Informática (SIN), Administração (SAD), Cartografia (TCF), assim como Especialidades ou Quadros correspondentes da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro;

IX - o Chefe da SCCOI é Oficial Intermediário ou Subalterno da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Aeronáutica;

X - o Encarregado da SCCOI é Suboficial, Subtenente ou Sargento, da ativa ou da reserva, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Aeronáutica; e

XI - os Auxiliares da SCCOI são Suboficiais, Subtenentes ou Sargentos da ativa, da reserva, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Aeronáutica.

Seção XVI

GABAE

Art. 211. O provimento dos cargos e funções do GABAE observará as seguintes diretrizes:

I - o Chefe do GABAE é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores ou Intendentes, da ativa ou da reserva;

II - o Chefe da SADM é Tenente-Coronel ou Major do Quadro de Oficiais Aviadores ou Intendentes, da ativa;

III - os Adjuntos da SADM são Capitães ou Tenentes, do Quadro de Oficiais Intendentes, Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Serviços Administrativos, ou do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica, da ativa ou da reserva;

IV - os Auxiliares da SADM são Sargentos, Cabos ou Taifeiros, da ativa, da

reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade de Administração;

V - o Chefe da SSP é Major, Capitão ou Tenente do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou de Infantaria da Aeronáutica, do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Serviços Administrativos, ou do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica, da ativa ou da reserva;

VI - o Encarregado e os Auxiliares da SSP são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos;

VII - o Chefe da SIE é Major, Capitão ou Tenente do Quadro de Oficiais Aviadores, Engenheiros, Intendentes, de Infantaria da Aeronáutica, ou Especialistas da Aeronáutica, da ativa ou da reserva;

VIII - o Adjunto da SIE é Capitão ou Tenentes do Quadro de Oficiais Engenheiros, Especialistas da Aeronáutica, Serviços de Engenharia ou Serviços Administrativos, ou do Quadro de Oficiais Convocados, nas áreas de engenharia civil ou elétrica;

IX - os Encarregados das Subseções da SIE são Suboficiais ou Sargentos da ativa, da reserva ou temporário, especialistas em Informática, Eletricidade, Eletromecânica, Eletrônica ou Obras;

X - os Auxiliares das Subseções da SIE são Suboficiais, Subtenentes, Sargentos ou Cabos, preferencialmente das especialidades de Informática, Eletricidade, Eletromecânica, Eletrônica ou Obras;

XI - o Chefe da SSD é Major, Capitão ou Tenente do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica ou do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, preferencialmente da especialidade Serviços de Guarda e Segurança;

XII - o Encarregado e os Auxiliares da SSD são Suboficiais ou Sargentos da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Serviços de Guarda e Segurança;

XIII - o Chefe da SCCI é Capitão do Quadro de Oficiais Aviadores ou Especialistas da Aeronáutica, da ativa ou da reserva;

XIV - o Encarregado e os Auxiliares da SCCI são Suboficiais ou Sargentos da ativa, da reserva ou temporário;

XV - o Chefe da SPDA é Capitão ou Tenente, do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, da especialidade Serviços Administrativos, da ativa ou da reserva, ou do Quadro de Oficiais Convocados;

XVI - o Encarregado e os Auxiliares da SPDA são Suboficiais ou Sargentos ou Cabos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade Comunicações ou Administração;

XVII - o Chefe da SREG é Capitão ou Tenente, do Quadro de Oficiais Intendente ou Especialistas da Aeronáutica, preferencialmente da especialidade Serviços Administrativos, da ativa ou da reserva, ou do Quadro de Oficiais Convocados;

XVIII - o Encarregado e os Auxiliares da SREG são Suboficiais ou Sargentos, da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade de Administração;

XIX - o Chefe da STIC é Major, Capitão ou Tenente, da ativa ou da reserva, preferencialmente dos Quadros de Oficiais Engenheiros (nas especialidades de Computação, Eletrônica ou Telecomunicações), Oficiais de Apoio (na especialidade de Análise de Sistemas), Oficiais Especialistas (na especialidade de Comunicações) ou do Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes, ou de Infantaria da Aeronáutica (com especialização em áreas afetas à tecnologia da informação);

XX - os Chefes e Adjuntos das Subseções da STIC são Tenentes, da ativa ou da reserva, preferencialmente dos quadros de Oficiais Engenheiros, Oficiais Especialistas, Oficiais de Apoio ou Oficiais Convocados (nas especialidades de Computação, Eletrônica ou

Telecomunicações);

XXI - os Encarregados das Subseções da STIC são Suboficiais ou Sargentos da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade de Eletrônica, Informática ou Comunicações; e

XXII - os Auxiliares das Subseções da STIC são Suboficiais ou Sargentos da ativa, da reserva ou temporário, preferencialmente da especialidade de Eletrônica, Informática ou Comunicações.

Seção XVII

Comitê Permanente de Reavaliação e Inovação - CPRI

Art. 212. O provimento dos cargos e funções do CPRI observará as seguintes diretrizes:

I - o Coordenador do CPRI é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, da ativa;

II - os Membros Permanentes do CPRI são Coronéis e Capitães de Mar e Guerra do CPOGI, CCOA, CCOI, COPE e GABAE, da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro ou da Aeronáutica, da ativa ou da reserva; e

III - os Membros Temporários do CPRI são oficiais e graduados convocados pelo Comitê para atender demandas específicas.

Art. 213. Os militares da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro deverão ser designados, preferencialmente, para compor os efetivos dos quatro Centros e das seções do Estado-Maior.

Art. 214. O COMAE é unidade administrativa, qualificada como Unidade Gestora Responsável (UGR), vinculada ao Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP- DF) para efeito de execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 215. Em complemento ao presente Regimento Interno, os processos de trabalho serão regulados por Normas Padrão de Ação, descrevendo as atividades, as tarefas e os produtos de cada setor do COMAE.

Art. 216. Este Regimento Interno deverá ser atualizado a cada dois anos ou quando julgado oportuno pela autoridade competente.

ANEXO II

ORGANOGRAMA DO COMANDO DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS

